

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

**DAYANA RAFAELA ANTUNES**

**OS ATOS DE FALA E SEUS IMPACTOS NO CORPO FEMININO: o caso da  
cantora Maiara (da dupla Maiara & Maraisa)**

**PONTA GROSSA  
2026**

**DAYANA RAFAELA ANTUNES**

**OS ATOS DE FALA E SEUS IMPACTOS NO CORPO FEMININO: o caso da  
cantora Maiara (da dupla Maiara & Maraisa)**

Dissertação apresentada como requisito para  
obtenção do título de Mestra em Estudos da  
Linguagem na Universidade Estadual de Ponta  
Grossa, linha de pesquisa Estudos Linguísticos.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra.<sup>a</sup> Lucimar Araujo Braga

**PONTA GROSSA  
2026**

A636 Antunes, Dayana Rafaela  
Os atos de fala e seus impactos no corpo feminino: o caso da cantora Maiara (da dupla Maiara & Maraisa) / Dayana Rafaela Antunes. Ponta Grossa, 2026.  
91 f.

Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem - Área de Concentração: Linguagem, Identidade e Subjetividade), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Lucimar Araujo Braga.

1. Corpo feminino. 2. Atos de fala. 3. Redes sociais. 4. Normatização corporal. I. Braga, Lucimar Araujo. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Linguagem, Identidade e Subjetividade. III.T.

CDD: 401.41

DAYANA RAFAELA ANTUNES

OS ATOS DE FALA E SEUS IMPACTOS NO CORPO FEMININO: o caso da  
cantora Maiara (da dupla Maiara & Maraisa)

Dissertação apresentada para obtenção do título grau de Mestre em Estudos da  
Linguagem na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de concentração em  
Linguagem, Identidade e Subjetividade.

Ponta Grossa, 05 de março de 2026

Documento assinado digitalmente  
 LUCIMAR ARAUJO BRAGA  
Data: 16/03/2026 12:57:41-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.<sup>a</sup> Dra Lucimar Araujo Braga - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Documento assinado digitalmente  
 PAULO CESAR FACHIN  
Data: 16/03/2026 10:45:02-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Paulo Cesar Fachin - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.<sup>a</sup> Dra Marina Chiara Legroski - Universidade Federal do Paraná

Documento assinado digitalmente  
 MARINA CHIARA LEGROSKI  
Data: 13/03/2026 16:20:14-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dedico este trabalho aos meus pais, irmãos e ao meu companheiro de vida. Obrigada por terem sido abrigo, raiz e impulso nos meus dias. Mas, acima de tudo, dedico a Deus, que foi sustento quando as forças faltaram, luz quando o caminho escureceu. Como no Salmo 121, Ele foi meu socorro constante — não permitiu que meus pés vacilassem, guardou-me com ternura, do início ao fim.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por ter me guiado até aqui, escutado minhas orações e me acolhido com tanto amor, ternura e misericórdia.

Aos meus pais, por sempre acreditarem no poder da educação e nunca medirem esforços para que eu pudesse seguir meus sonhos.

Aos meus irmãos, por demonstrarem orgulho de mim, mesmo quando precisei ocupar a mesa do computador por tanto tempo.

Ao meu companheiro de vida, esposo e melhor fonoaudiólogo do mundo, obrigada por tanto amor, carinho e parceria. Pelos abraços que acalmaram minhas inseguranças e pelos beijos que adoçaram meus dias difíceis. Pela amizade, pelo apoio constante e pela compreensão nos momentos de cansaço.

À minha orientadora, Lucimar Araujo Braga, por sua paciência, atenção cuidadosa, generosidade e pelo conhecimento compartilhado ao longo dessa jornada.

Agradeço imensamente à professora Marina Legroski e ao professor Paulo Fachin pela disponibilidade em ler meu trabalho e integrar a banca avaliadora.

*“Quando você tem medo e faz mesmo assim, isso é coragem”. (Coraline e o Mundo Secreto).*

## RESUMO

O corpo feminino constitui-se, historicamente, como um dos principais alvos de normatização, vigilância e julgamento social, sendo atravessado por expectativas estéticas, morais e simbólicas que regulam sua aceitabilidade. Na contemporaneidade, com a intensificação do uso das redes sociais digitais, especialmente o Instagram, esses mecanismos tornam-se mais visíveis e contínuos, uma vez que a exposição do corpo ocorre de forma pública e permanente. Nesse contexto, enunciados avaliativos que antes circulavam em espaços privados passam a atuar como práticas sociais ampliadas, produzindo sentidos e incidindo sobre a constituição das subjetividades femininas. Esta dissertação tem como objetivo analisar os atos de fala presentes nos comentários publicados sobre o corpo da cantora Maiara, da dupla Maiara & Maraisa, após sua transformação corporal, buscando compreender como esses enunciados funcionam como formas de controle simbólico e moral sobre o corpo da mulher. O estudo fundamenta-se na Teoria dos Atos de Fala, de John Austin (1990), que compreende a linguagem como ação, articulada às contribuições da pragmática crítica, especialmente de Rajagopalan (2010), e aos estudos de gênero, corpo e poder, a partir de Beauvoir (1980), Butler (2018), Foucault (1979), Wolf (1992) e Bordo (1997). Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa e os dados são analisados com base na Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011). O corpus é composto por comentários públicos coletados no perfil do Instagram da cantora, selecionados a partir de critérios de recorrência e relevância simbólica. A análise evidencia que tais comentários operam como atos performativos que avaliam, classificam e regulam o corpo feminino, revelando a permanência de normas estéticas rígidas e contraditórias. Conclui-se que, mesmo em um contexto de aparente liberdade de expressão, o corpo da mulher permanece submetido a formas sutis e persistentes de vigilância social.

**Palavras-chave:** corpo feminino. atos de fala. redes sociais. normatização corporal.

## **ABSTRACT**

The female body has historically been constituted as one of the main targets of social regulation, surveillance, and judgment, shaped by aesthetic, moral, and symbolic expectations that govern its social acceptability. In contemporary society, with the intensification of digital social networks, especially Instagram, these mechanisms have become more visible and continuous, as bodily exposure occurs in a public and permanent manner. In this context, evaluative utterances that previously circulated in private spaces now function as amplified social practices, producing meanings and impacting the formation of female subjectivities. This dissertation aims to analyze the speech acts present in comments published about the body of the singer Maiara, from the duo Maiara & Maraisa, following her bodily transformation, seeking to understand how these utterances operate as forms of symbolic and moral control over the female body. The study is grounded in John Austin's Theory of Speech Acts (1990), which conceives language as action, articulated with contributions from critical pragmatics, especially Rajagopalan (2010), and from studies on gender, the body, and power, drawing on Beauvoir (1980), Butler (2018), Foucault (1979), Wolf (1992), and Bordo (1997). Methodologically, this is a qualitative study and the data are analyzed based on the Content Analysis proposed by Bardin (2011). The corpus consists of public comments collected from the singer's Instagram profile, selected according to criteria of recurrence and symbolic relevance. The analysis demonstrates that these comments function as performative acts that evaluate, classify, and regulate the female body, revealing the persistence of rigid and contradictory aesthetic norms. It is concluded that, even within a context of apparent freedom of expression, women's bodies remain subjected to subtle and persistent forms of social surveillance.

**Keywords:** female body. speech acts. social networks. body standardization.

## RESUMEN

El cuerpo femenino se ha constituido históricamente como uno de los principales blancos de normativización, vigilancia y juicio social, atravesado por expectativas estéticas, morales y simbólicas que regulan su aceptabilidad social. En la contemporaneidad, con la intensificación del uso de las redes sociales digitales, especialmente Instagram, estos mecanismos se vuelven más visibles y continuos, ya que la exposición del cuerpo ocurre de manera pública y permanente. En este contexto, los enunciados evaluativos que anteriormente circulaban en espacios privados pasan a funcionar como prácticas sociales ampliadas, produciendo sentidos e incidiendo en la conformación de las subjetividades femeninas. Esta disertación tiene como objetivo analizar los actos de habla presentes en los comentarios publicados sobre el cuerpo de la cantante Maiara, del dúo Maiara & Maraisa, después de su transformación corporal, con el fin de comprender cómo estos enunciados operan como formas de control simbólico y moral sobre el cuerpo de la mujer. El estudio se fundamenta en la Teoría de los Actos de Habla de John Austin (1990), que concibe el lenguaje como acción, articulada con los aportes de la pragmática crítica, especialmente de Rajagopalan (2010), y de los estudios de género, cuerpo y poder, a partir de Beauvoir (1980), Butler (2018), Foucault (1979), Wolf (1992) y Bordo (1997). Metodológicamente, se trata de una investigación cualitativa y los datos se analizan basándose en el Análisis de Contenido propuesto por Bardin (2011). El corpus está compuesto por comentarios públicos recolectados en el perfil de Instagram de la cantante, seleccionados a partir de criterios de recurrencia y relevancia simbólica. El análisis evidencia que dichos comentarios funcionan como actos performativos que evalúan, clasifican y regulan el cuerpo femenino, revelando la persistencia de normas estéticas rígidas y contradictorias. Se concluye que, incluso en un contexto de aparente libertad de expresión, el cuerpo de la mujer continúa sometido a formas sutiles y persistentes de vigilancia social.

**Palabras clave:** cuerpo femenino. actos de habla. redes sociales. normativización corporal.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                        |    |
|------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 - Maiara & Maraisa cantando na infância.....                  | 54 |
| Figura 2 - Maiara & Maraisa - Medo Bobo (Ao Vivo em Goiânia) .....     | 55 |
| Figura 3 - Cantora Maiara antes da mudança corporal .....              | 56 |
| Figura 4 - Maiara posando para foto no show em São Luís, Maranhão..... | 57 |
| Figura 5 - Maiara & Maraisa dando entrevista .....                     | 60 |

## SUMÁRIO

|                                                               |           |
|---------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>O PORQUÊ DO TEMA .....</b>                                 | <b>11</b> |
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                       | <b>15</b> |
| <b>1 OS ESTUDOS LINGUÍSTICOS .....</b>                        | <b>19</b> |
| 1.1 UM BREVE PANORAMA .....                                   | 19        |
| <b>2 OS ATOS DE FALA.....</b>                                 | <b>25</b> |
| <b>3 O CORPO FEMININO: UMA VISÃO HISTÓRICA.....</b>           | <b>29</b> |
| 3.1 A CULTURA E SEU IMPACTO NO CORPO DA MULHER:.....          | 29        |
| 3.2 O CORPO DA MULHER: DO PATRIARCADO ATÉ OS DIAS ATUAIS..... | 35        |
| 3.3 O CORPO FEMININO NO BRASIL COLONIAL.....                  | 39        |
| 3.4 O CORPO FEMININO NA MODERNIDADE.....                      | 41        |
| 3.5 O CORPO FEMININO COMO FOCO NAS REDES SOCIAIS.....         | 44        |
| <b>4 A CANTORA MAIARA: SUA TRAJETÓRIA.....</b>                | <b>54</b> |
| 4.1 MUDANÇA CORPORAL DA CANTORA.....                          | 56        |
| 4.2 SOBRE SER MULHER: REFLEXÕES DE MAIARA EM ENTREVISTA.....  | 58        |
| <b>5 TIPO DE PESQUISA E ABORDAGEM METODOLÓGICA.....</b>       | <b>65</b> |
| 5.1 ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS.....                              | 68        |
| <b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                            | <b>85</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                       | <b>89</b> |

## O PORQUÊ DO TEMA

Desde muito cedo, ainda na infância, eu percebia que existiam algumas diferenças entre homens e mulheres. No entanto, quando somos crianças, essas diferenças não costumam causar estranhamento. Estas parecem naturais, dadas, como se sempre tivessem existido daquela forma. As regras do mundo nos são apresentadas como algo que simplesmente “é assim”, e não como construções históricas, sociais e culturais. Crescemos acreditando que certos comportamentos, expectativas e exigências fazem parte da ordem natural das coisas, sem questionar quem as construiu e a quem elas servem.

Com o passar do tempo, especialmente à medida que crescemos enquanto mulheres, essa aparente naturalidade começa a se romper. Passamos a perceber que existe uma força muito maior atuando sobre nós: a força daquilo que é dito. A força das palavras, dos comentários, dos conselhos, das críticas e das expectativas que recaem sobre o corpo feminino. Não se trata apenas de ações concretas, mas de falas<sup>1</sup> repetidas ao longo da vida, que moldam a forma como nos vemos e como ocupamos o mundo.

As mulheres aprendem, desde muito cedo, que precisam estar sempre apresentáveis. Maquiagem, brincos, roupas bem escolhidas, unhas feitas, sobrancelhas desenhadas, cabelos arrumados, raízes cobertas após a coloração. Esses cuidados não aparecem como uma escolha livre, mas como uma exigência silenciosa. Quando nos arrumamos para sair, muitas vezes não estamos pensando no que desejamos para nós, mas no que acreditamos que os outros esperam ver. Há uma constante preocupação com o olhar alheio, com a avaliação externa, com a necessidade de corresponder a um ideal que raramente é explicitado, mas que é amplamente reconhecido.

Em contrapartida, quando estamos em casa, longe dos olhares sociais, o corpo encontra um espaço de descanso. A ausência de maquiagem, o cabelo despenteado, o conforto das roupas simples não causa incômodo. Nesses momentos, somos aquilo que somos, sem mediações, sem a obrigação de performar uma imagem

---

<sup>1</sup> Optamos por não empregar o termo “discurso” neste trabalho, pois ele está associado a tradições teóricas específicas, como a Análise do Discurso de orientação francesa (Pêcheux) e a perspectiva dialógica da linguagem (Bakhtin), cujos pressupostos metodológicos e epistemológicos não correspondem ao recorte adotado nesta pesquisa. Aqui, a análise se orienta pelos estudos pragmáticos da linguagem, com foco nos atos de fala, portanto, os termos empregados serão: fala, frases, comentários, enunciados, etc. Em algumas citações, o termo aparece, entretanto ele será mantido, já que foi utilizado pelos autores consultados.

aceitável. Essa diferença entre o corpo público e o corpo privado revela o quanto a aparência feminina é regulada socialmente. Não se trata de vaidade individual, mas de uma exigência coletiva que atravessa gerações.

Ao longo do tempo, a sociedade construiu a ideia de que as mulheres precisam ser perfeitas: sempre bonitas, bem-humoradas, disponíveis, inteligentes, seguras. Espera-se que saibam tudo, ou pelo menos que nunca demonstrem desconhecimento, especialmente diante dos homens. O erro, a insegurança e a imperfeição parecem ser menos toleráveis quando se trata do feminino. Essas expectativas não são impostas de forma direta, mas se manifestam por meio de falas cotidianas, olhares, comentários e comparações.

Na contemporaneidade, as redes sociais intensificaram esse processo. O corpo da mulher passou a ser exposto como em uma vitrine permanente, aberta à avaliação de todos. Comentários sobre aparência, peso, saúde e comportamento tornam-se frequentes e, muitas vezes, naturalizados. Se uma mulher ganha alguns quilos, isso rapidamente se transforma em assunto público; se emagrece, surgem novas críticas; se muda o cabelo, o rosto ou o estilo, tudo passa a ser passível de opinião. O corpo feminino é tratado como propriedade coletiva, sobre a qual todos se sentem autorizados a falar.

Foi a partir dessa percepção que este trabalho começou a se desenhar. A inquietação não surgiu apenas da observação do caso da cantora Maiara, mas do reconhecimento de uma experiência compartilhada por muitas mulheres e por mim mesma. A pergunta que atravessa este estudo é simples, mas com muitas camadas que, em muitos momentos, não conseguimos responder: por que esses comentários nos afetam tanto? A resposta, embora conhecida, merece ser pensada com cuidado. As mulheres sempre foram vigiadas, controladas e avaliadas. Por muito tempo, foram colocadas à sombra dos homens, como se sua existência fosse secundária. Ainda que saibamos que isso não corresponde à realidade, essas marcas persistem.

Meu interesse pelo tema, floresceu durante o último ano da graduação, quando tive meu primeiro contato com a Teoria dos Atos de Fala<sup>2</sup>, na disciplina de *Semântica e Pragmática*, ministrada pela professora Dra. Marina Legroski. Mas, posso dizer que os primeiros frutos surgiram quando li pela primeira vez o livro *Quando dizer é fazer*, de John Austin (1990)<sup>3</sup>, na tradução de Danilo Marcondes. A obra provocou

---

<sup>2</sup> Durante o trabalho, chamaremos a teoria de TAF, afim de abreviar o já mencionado.

<sup>3</sup> A obra original de J. L. Austin, *How to do Things with Words*, foi publicada em 1962. Neste trabalho,

uma mudança significativa na forma como passei a observar as relações cotidianas. Para mim, tornou-se ainda mais evidente que aquilo que dizemos nunca é neutro. As palavras produzem efeitos, mesmo quando não temos plena consciência disso.

Ao refletir sobre as ideias de Austin, ficou claro que aquilo que falamos para o outro — seja para uma amiga, um amigo, alguém da família ou mesmo um desconhecido nas redes sociais — pode ser recebido de maneiras muito diferentes daquelas que imaginamos. Uma frase dita sem intenção de ferir pode produzir dor; um comentário aparentemente banal pode permanecer por anos na memória de alguém. Não é por acaso que conflitos, rupturas e sofrimentos muitas vezes têm origem em palavras.

O mundo é feito de palavras. Este se organiza, se transforma e se movimenta por meio dessas. Cartas, livros, frases, mensagens, comentários em redes sociais — tudo isso constrói a realidade que vivemos. Neste momento, estas palavras são o meio pelo qual me comunico com quem lê este trabalho. Reconhecer o poder da linguagem é reconhecer também a responsabilidade que esta carrega.

Quando se trata do corpo da mulher, esse poder torna-se ainda mais evidente. Comentários que se apresentam como preocupação com a saúde, como conselhos ou como simples opiniões muitas vezes reproduzem padrões antigos, repetidos ao longo da história. São falas que reforçam a ideia de que o corpo feminino precisa ser constantemente corrigido, ajustado e explicado. Embora muitas mulheres saibam quem são e reconheçam sua autonomia, isso não elimina os efeitos dessas falas, que continuam a produzir insegurança, culpa e autocensura.

Este trabalho nasce, portanto, do desejo de compreender essas forças que atravessam a vida de nós mulheres. Nasce da necessidade de olhar para aquilo que é dito e entender como essas palavras se transformam em ações, sentimentos e decisões. Ao analisar comentários dirigidos ao corpo de Maiara, não busco individualizar a questão, mas evidenciar um fenômeno social mais amplo, que afeta mulheres de diferentes idades, contextos e trajetórias.

Ao longo desta dissertação, sustenta-se a ideia de que o corpo da mulher é dela, e que cabe a ela decidir o que fazer com ele. No entanto, reconhecer esse direito não significa ignorar o peso das palavras que circulam socialmente. Pelo contrário,

---

utilizou-se a tradução em português lançada em 1990; por essa razão, todas as citações remetem à edição traduzida.

significa compreender que a liberdade feminina ainda convive com estruturas simbólicas que insistem em limitar, julgar e controlar.

Assim, escolher este tema foi também um gesto de posicionamento político no mundo. Um modo de afirmar que as palavras importam, produzem efeitos e que a reflexão acadêmica, neste caso, é uma forma de resistência. Ao analisar os comentários sobre o corpo de uma mulher, este trabalho busca contribuir para uma reflexão crítica sobre o papel da linguagem na manutenção das desigualdades e, ao mesmo tempo, para a construção de outras possibilidades de existência, nas quais o corpo feminino não seja tratado como vitrine, mas como espaço de vida, escolha e dignidade.

## INTRODUÇÃO

O corpo feminino sempre ocupou um lugar central nas representações sociais, sendo historicamente atravessado por normas, expectativas e julgamentos que regulam sua visibilidade, sua aceitabilidade e seus modos de existência. Ao longo do tempo, diferentes contextos culturais, políticos e históricos instituíram padrões que delimitam o que é considerado um corpo legítimo, desejável ou desviante, produzindo formas contínuas de controle sobre as mulheres. Conforme argumenta Beauvoir (1980), a mulher não nasce 'pronta', mas torna-se mulher a partir de um conjunto de imposições sociais que incidem diretamente sobre seu corpo. Nesse sentido, o corpo feminino raramente é compreendido como espaço de autonomia plena; este é constantemente observado, avaliado, corrigido e interpretado tendo em vista as expectativas externas.

Autores como Bordo (1997) e Wolf (1992) demonstram que, mesmo em contextos de ampliação de direitos e de maior participação das mulheres na esfera pública, o corpo permanece como um dos principais campos de regulação. Naomi Wolf (1992), ao discutir o mito da beleza, evidencia que os padrões estéticos não operam apenas como ideais superficiais, mas como mecanismos profundos de controle social, capazes de organizar comportamentos, afetar a autoestima e produzir sofrimento. Assim, a aparência física da mulher transforma-se em critério de valor, reconhecimento e pertencimento social, o que reforça desigualdades e hierarquias de gênero.

Na contemporaneidade, com o avanço das tecnologias digitais e a consolidação das redes sociais como espaços centrais de interação, essa vigilância sobre o corpo feminino não apenas se mantém, mas se intensifica e se reconfigura. Plataformas como o Instagram, centradas na imagem e na exposição visual, ampliam o alcance do olhar social e tornam pública uma série de avaliações que antes circulavam em espaços mais restritos. Comentários sobre aparência, peso, saúde e comportamento passam a ser produzidos e compartilhados de forma contínua, adquirindo visibilidade, repetição e impacto simbólico. Como aponta Sibilia (2008), a cultura da exposição transforma o corpo em espetáculo permanente, submetido a olhares que julgam, comparam e normatizam.

Nesse ambiente, o corpo feminino torna-se particularmente vulnerável. As mulheres passam a lidar não apenas com a exibição de si, mas com a circulação incessante de falas que legitimam padrões, moralizam escolhas e delimitam fronteiras

do aceitável. Tais falas não se restringem à esfera do entretenimento ou da curiosidade, mas produzem efeitos concretos sobre a forma como as mulheres percebem seus próprios corpos e constroem suas subjetividades. O corpo, nesse contexto, deixa de ser apenas biológico ou individual e passa a ser um espaço de disputa simbólica.

É nesse cenário que se insere o caso da cantora Maiara, da dupla Maiara & Maraisa. Figura pública amplamente acompanhada nas redes sociais, a artista teve sua trajetória corporal intensamente observada e comentada. Em um primeiro momento, foi alvo de críticas relacionadas ao sobrepeso; posteriormente, após o emagrecimento, passou a ser julgada sob novas exigências, agora associadas à magreza excessiva, à saúde e à suposta fragilidade. Essa mudança revela um aspecto central da experiência feminina contemporânea: a adequação a um padrão não encerra o julgamento, apenas o desloca. O corpo da mulher permanece sob constante vigilância, independentemente da posição que ocupe em relação aos ideais estéticos dominantes.

Os comentários direcionados à cantora evidenciam um movimento mais amplo de regulação social do corpo feminino. Estes não se limitam à expressão de opiniões individuais ou preferências pessoais, mas participam da construção de sentidos socialmente compartilhados sobre o que é ser mulher, sobre quais corpos são aceitáveis e sobre quais comportamentos devem ser incentivados ou reprimidos. Judith Butler (2018) contribui para essa compreensão ao afirmar que os corpos são reconhecidos e legitimados a partir de normas reiteradas socialmente. O reconhecimento não é automático, pois, depende da conformidade a expectativas que definem quais existências são valorizadas e quais se tornam precárias.

Nesse processo, a linguagem ocupa um papel central. Conforme aponta Rajagopalan (2003), a linguagem não é um instrumento neutro de representação da realidade, mas um meio por meio do qual as relações sociais são construídas, negociadas e mantidas. Ao falar, os sujeitos não apenas comunicam algo, mas produzem ações que interferem no mundo social. Essa perspectiva é fundamental para compreender os comentários nas redes sociais como práticas que não apenas descrevem corpos, mas os classificam, os julgam e os posicionam socialmente.

É nesse ponto que a TAF<sup>4</sup>, proposta por John Austin (1990), assume centralidade neste trabalho. Ao defender que “dizer é fazer”, o autor rompe com a ideia de que a linguagem se limita à descrição dos fatos e mostra que toda fala realiza uma ação. Aplicada ao contexto das redes sociais, essa teoria permite compreender que comentar o corpo de uma mulher é um modo de agir sobre ele, produzindo efeitos simbólicos e afetivos. A distinção entre atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários possibilita analisar não apenas o conteúdo das falas, mas as intenções que as atravessam e os efeitos que podem gerar, mostrando que não existe neutralidade ao proferir comentários sobre outra pessoa, pois esses, geram efeitos.

Nessa conjuntura, este trabalho também dialoga com reflexões sobre corpo e poder, especialmente a partir de Foucault (1979), que compreende o corpo como um dos principais alvos das relações de poder nas sociedades modernas. Para o autor, o controle não se exerce apenas por meio de instituições formais, mas por práticas cotidianas que classificam, normalizam e corrigem. Os comentários nas redes sociais podem ser entendidos como parte desse conjunto de práticas, atuando na vigilância e na produção de normas corporais.

Diante desse contexto, o objetivo desta dissertação é analisar os atos de fala presentes nos comentários sobre o corpo feminino, tomando como objeto empírico o caso da cantora Maiara. Busca-se compreender de que modo essas falas produzem efeitos simbólicos, constroem representações e influenciam comportamentos, tanto no nível individual quanto coletivo. Parte-se da premissa de que a linguagem não apenas reflete a realidade social, mas contribui ativamente para sua constituição.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, com base na análise de comentários públicos coletados no Instagram. O tratamento do material empírico apoia-se na Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), permitindo a identificação de categorias temáticas, recorrências e estruturas de sentido que atravessam as falas analisadas. Essa abordagem possibilita compreender não apenas o que é dito, mas como determinados modos de falar se organizam e se reforçam socialmente.

A dissertação está organizada em seis capítulos, além desta introdução. O primeiro capítulo apresenta um panorama dos estudos linguísticos, com ênfase nas abordagens que privilegiam o uso da linguagem em contexto. O segundo capítulo

---

<sup>4</sup> Como mencionado anteriormente, essa será a nomenclatura utilizada para se referir à Teoria dos Atos de Fala.

dedica-se à TAF, abordando seus conceitos centrais e seus desdobramentos teóricos. O terceiro capítulo discute a construção histórica do corpo feminino, evidenciando as relações entre gênero, poder e normatização. O quarto capítulo contextualiza o caso da cantora Maiara e sua trajetória pública. O quinto capítulo apresenta os procedimentos metodológicos adotados e também desenvolve a análise dos comentários, articulando teoria e material coletado (comentários do Instagram) para compreender como o corpo feminino é julgado, regulado e, em alguns casos, defendido nas redes sociais. Por fim, o sexto capítulo apresenta as considerações finais do presente trabalho, evidenciando que tais comentários operam como atos performativos que avaliam, classificam e regulam o corpo feminino.

## 1 OS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

### 1.1 UM BREVE PANORAMA

O percurso da Linguística como ciência é marcado por mudanças significativas nas perguntas formuladas sobre a linguagem e nos caminhos metodológicos adotados para respondê-las. Em *História concisa da linguística* (2002), escrito por Bárbara Weedwood, podemos entender que em seus primeiros momentos de consolidação, especialmente ao longo do século XIX, predominavam abordagens histórico-comparativas, fortemente influenciadas pela tradição filológica. Essas perspectivas concentravam-se na reconstrução de línguas-mães, no estabelecimento de relações de parentesco entre idiomas e na descrição de transformações fonológicas, morfológicas e lexicais ocorridas ao longo do tempo. O interesse central recaía sobre a história das línguas e sua evolução interna, sem uma preocupação sistemática com os usos concretos da linguagem em situações de interação.

Essa orientação inicial, embora fundamental para o reconhecimento da Linguística como campo científico, apresentava limites evidentes quando se tratava de compreender a linguagem como prática social. A língua era observada como objeto distante, desvinculado das condições reais de produção e circulação das falas como nos aponta Weedwood (2002). O sujeito falante, o contexto e as intenções comunicativas permaneciam à margem das análises, o que restringia a compreensão do funcionamento efetivo da linguagem no cotidiano.

Uma inflexão decisiva nesse percurso ocorre com a publicação do *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure (1916/2006). Ao propor o estudo da língua como um sistema estruturado de signos, Saussure desloca o foco da Linguística para a análise sincrônica, isto é, para o funcionamento da língua em um determinado momento histórico. A distinção entre *langue* (língua) e *parole* (fala) permitiu delimitar o objeto científico da Linguística, afastando-o da instabilidade das realizações individuais. Esse movimento representou um avanço teórico fundamental, ainda que mantivesse a ênfase na estrutura interna da língua.

A perspectiva saussuriana abriu caminho para o desenvolvimento do estruturalismo linguístico, que dominou grande parte dos estudos ao longo do século XX. Nessa abordagem, a língua era concebida como um sistema autônomo, organizado por relações internas entre seus elementos. Fonemas, morfemas e estruturas sintáticas passaram a ser analisados de maneira sistemática, o que contribuiu significativamente para a descrição das línguas naturais. No entanto, essa

orientação manteve uma distância considerável em relação às práticas comunicativas concretas.

Durante esse período, muitas correntes teóricas privilegiaram a análise de frases isoladas, descontextualizadas, como forma de acessar as regularidades da língua. Esse procedimento foi característico da Gramática Tradicional e também de parte da Gramática Gerativa, especialmente em sua fase inicial. Chomsky (1957), ao buscar descrever a competência linguística inata do falante ideal, abstraiu fatores sociais, culturais e situacionais, concentrando-se nas regras formais que permitiriam gerar um número infinito de sentenças (Weedwood, 2002). Embora esse modelo tenha contribuído para o entendimento da arquitetura cognitiva da linguagem, este se mostrou insuficiente para explicar como a língua é usada em situações reais de interação.

As limitações dessas abordagens favoreceram o surgimento de perspectivas que passaram a considerar a linguagem em funcionamento. O funcionalismo, nesse contexto, desempenhou papel relevante ao defender que as formas linguísticas estão diretamente relacionadas às funções comunicativas que desempenham. Nessa visão, não é possível separar estrutura e uso, uma vez que a organização gramatical responde às necessidades de interação e de construção de sentidos entre os falantes.

Em paralelo, a sociolinguística contribuiu de maneira decisiva para a ampliação do olhar sobre a linguagem. A partir dos estudos pioneiros de William Labov (1963), tornou-se possível demonstrar que a variação linguística não é aleatória, mas sistematicamente relacionada a fatores sociais como classe, gênero, idade e pertencimento comunitário. No contexto brasileiro, essa abordagem foi fundamental para a compreensão da heterogeneidade do português falado no país, evidenciando a influência de contextos históricos, regionais e culturais no uso da língua (Tarallo, 2006; Bortoni-Ricardo, 2014).

É nesse cenário de ampliação progressiva do objeto da Linguística que a Pragmática se consolida como campo de estudo. Diferentemente das abordagens centradas exclusivamente na estrutura, a Pragmática se dedica a compreender como os sentidos são construídos a partir da relação entre enunciado, contexto e intenção do falante. O significado deixa de ser visto como algo fixo, presente apenas nas palavras, e passa a ser entendido como resultado de uma atividade interpretativa situada.

A publicação de *How to do Things with Words*, de John Austin (1962), representa um marco fundamental nesse processo. Ao desenvolver a TAF, Austin propõe que falar não é apenas descrever o mundo, mas também agir sobre este. Enunciados podem realizar ações como prometer, ordenar, advertir, pedir ou agradecer, desde que certas condições sejam atendidas. Essa concepção rompe com a ideia de que a linguagem tem função meramente representacional.

Os trabalhos de John Searle ampliaram e sistematizaram as ideias de Austin, ao propor uma classificação mais detalhada dos atos de fala e ao enfatizar a importância das regras que orientam o uso da linguagem. Para Searle, os atos de fala são regulados por convenções sociais que permitem aos interlocutores reconhecer a ação realizada por meio da fala. No Brasil, essas contribuições passaram a influenciar estudos a partir da década de 1980, especialmente em áreas voltadas à análise de interações em contextos institucionais, educacionais, jurídicos e midiáticos.

A Pragmática, desse modo, consolida-se como um campo interessado nas falas em contextos reais de uso. O sentido de um enunciado não pode ser plenamente compreendido sem considerar quem fala, para quem se fala, em que situação, com quais objetivos e a partir de quais conhecimentos compartilhados (Lopes, 2018). Essa perspectiva rompe definitivamente com a análise de sentenças isoladas e aproxima a Linguística das práticas sociais concretas.

Ainda que a preocupação com os efeitos da linguagem remonte à retórica clássica, especialmente na Grécia Antiga, foi apenas no século XX que esses estudos ganharam estatuto científico próprio (Maingueneau, 1997). No Brasil, a consolidação da Pragmática esteve associada à necessidade de compreender interações em uma sociedade marcada pela diversidade cultural e linguística, o que reforçou a importância de abordagens sensíveis ao contexto.

Outro fator que contribuiu para a valorização da Pragmática foi o ensino de línguas. Tornou-se evidente que o domínio de regras gramaticais e vocabulário não garante, por si só, uma comunicação eficaz. A noção de competência pragmática passou a ocupar lugar central, referindo-se à capacidade de produzir e interpretar enunciados adequados às diferentes situações comunicativas (Calsmiglia; Tusón, 2002).

Como observa Silva Júnior (2021, p. 102), “as intenções dos interlocutores que rodeiam o enunciado nem sempre são compreendidas”, o que evidencia que a comunicação envolve inferências, conhecimentos compartilhados e sensibilidade às

normas sociais. Implicaturas, pressupostos e expectativas sociais desempenham papel decisivo na interpretação das falas.

Na contemporaneidade, a Pragmática mantém-se como um dos campos mais produtivos da Linguística, dialogando com áreas como a sociolinguística, a filosofia da linguagem, a psicolinguística e os estudos sobre tecnologia e comunicação digital. As interações mediadas por plataformas digitais colocam novos desafios à análise pragmática, uma vez que os contextos são múltiplos, fragmentados e atravessados por diferentes públicos, simultaneamente.

Apesar da relevância das contribuições fundadoras da Pragmática e do papel central da TAF para a compreensão da linguagem como ação, diferentes autores como Ottoni (1998) e Arbo (2018) passaram a questionar os limites de abordagens que tratam os atos de fala de maneira excessivamente sistematizada ou desvinculada das condições históricas e sociais de sua realização. A própria noção de contexto, frequentemente mobilizada nos estudos pragmáticos, demanda uma problematização mais ampla, que considere as relações de poder, as posições dos sujeitos e os efeitos políticos produzidos pelas práticas discursivas. Nesse sentido, torna-se necessário dialogar com perspectivas que revisitam criticamente o legado austiniano, não para negá-lo, mas para ampliá-lo, deslocando o foco da descrição dos atos de fala para a análise de suas implicações sociais, ideológicas e éticas no uso concreto da linguagem.

No âmbito das reflexões contemporâneas sobre a Pragmática, as contribuições de Kanavillil Rajagopalan ocupam lugar central ao problematizar os fundamentos epistemológicos dos estudos da linguagem. Para o autor, a Linguística não pode ser concebida como uma ciência neutra, uma vez que toda descrição linguística envolve escolhas teóricas atravessadas por valores, ideologias e interesses sociais (Rajagopalan, 2003). Assim, o estudo da linguagem em uso exige uma postura crítica que reconheça o papel ativo dos enunciados na constituição da vida social, superando abordagens que tratam a língua como um sistema autônomo e desvinculado das práticas sociais.

Essa postura crítica manifesta-se de modo particular na releitura que Rajagopalan propõe da TAF. Segundo o autor, a recepção do pensamento de Austin no interior da tradição linguística foi marcada por um processo de sistematização excessiva, especialmente a partir das formulações de Searle, que teria reduzido a complexidade e a abertura da proposta original austiniana (Rajagopalan, 1994). Ao

buscar transformar os atos de fala em um modelo formal e estável, essa leitura acabou esvaziando o potencial crítico da noção de performatividade, afastando-a das condições reais e contingentes do uso da linguagem.

Para Rajagopalan, a força da proposta de Austin reside justamente em seu caráter não dogmático e em sua atenção às práticas ordinárias da linguagem. Austin não pretendia oferecer uma teoria acabada, mas chamar atenção para o fato de que falar é uma forma de agir no mundo, cujos efeitos não podem ser plenamente previstos ou controlados (Rajagopalan, 2010). Essa leitura enfatiza o caráter situado dos atos de fala e reforça a ideia de que o sentido emerge da interação entre linguagem, contexto e relações sociais, e não apenas da aplicação de regras convencionais.

Ao ampliar a noção de linguagem como ação, Rajagopalan destaca as implicações políticas dos atos de fala. Falar é sempre agir a partir de uma posição social específica, o que significa que os efeitos de um enunciado variam conforme quem fala, para quem se fala e em que condições a interação ocorre (Rajagopalan, 2012). Desse modo, promessas, acusações, ordens ou declarações institucionais não produzem os mesmos efeitos para todos os sujeitos, evidenciando que a linguagem participa ativamente da reprodução ou do questionamento das desigualdades sociais.

Outro ponto central da reflexão de Rajagopalan diz respeito à concepção de sujeito nos estudos pragmáticos. Em oposição à figura do falante abstrato e idealizado, recorrente em abordagens formalistas, o autor defende que os sujeitos são historicamente situados e discursivamente constituídos (Rajagopalan, 2003). As identidades são produzidas e negociadas nos próprios atos de fala, o que implica reconhecer que a linguagem não apenas expressa quem somos, mas participa diretamente da construção de posições identitárias no espaço social.

Essas reflexões mostram-se particularmente relevantes no contexto contemporâneo, marcado pela intensificação das interações mediadas por tecnologias digitais. Nas redes sociais, os atos de fala circulam de forma acelerada, atingem públicos amplos e produzem efeitos que extrapolam a situação imediata de enunciação. Nesses ambientes, a linguagem pode funcionar tanto como instrumento de resistência quanto de violência simbólica, reforçando a necessidade de uma Pragmática atenta às dimensões éticas e políticas do dizer (Rajagopalan, 2012).

Assim, pode-se dizer que, ao longo deste capítulo, foi possível observar o percurso dos estudos linguísticos desde abordagens centradas na estrutura e na abstração da língua, como as propostas pela tradição histórico-comparativa, pelo

estruturalismo saussuriano e pela Gramática Gerativa, até perspectivas que passam a considerar a linguagem em uso, em sua dimensão social e interacional. Contribuições do funcionalismo, da sociolinguística e, sobretudo, da Pragmática permitiram compreender a linguagem como prática situada e produtora de sentidos.

Nesse cenário, a TAF de John Austin representou um marco fundamental ao afirmar que dizer é fazer, enquanto as reflexões de Kanavillil Rajagopalan ampliaram esse legado ao evidenciar as implicações políticas, identitárias e sociais dos atos de fala. É a partir desse arcabouço teórico que se insere a presente pesquisa, a qual adota a Pragmática como eixo central de análise. No capítulo seguinte, a TAF de Austin (1990) será retomada com maior profundidade, com o objetivo de apresentar seus conceitos fundamentais e estabelecer as bases analíticas para o estudo do corpus desta dissertação.

## 2 OS ATOS DE FALA

Dando continuidade ao percurso teórico desenvolvido anteriormente, no qual se discutiu a ampliação progressiva do objeto da Linguística e a consolidação da Pragmática como campo interessado na linguagem em uso, este capítulo dedica-se à TAF formulada por John Langshaw Austin (1911-1960). A centralidade dessa proposta decorre do modo como o autor redefine a própria noção de linguagem, afastando-se de concepções que a reduziam a um instrumento de descrição da realidade e propondo compreendê-la como uma forma de ação situada, regulada por convenções sociais e atravessada por efeitos que incidem diretamente sobre as relações entre os sujeitos.

A reflexão austiniana insere-se no âmbito da filosofia da linguagem ordinária e surge como reação a uma tradição filosófica que privilegiava a análise lógica dos enunciados, tomando a verdade como critério central de avaliação. Austin questiona essa perspectiva ao observar que grande parte do que se realiza por meio da linguagem não pode ser adequadamente explicada a partir da oposição verdadeiro/falso. Há inúmeros enunciados cujo valor não reside em sua correspondência com os fatos, mas na ação que realizam ao serem proferidos em determinadas circunstâncias (Austin, 1990).

Ao afirmar que falar é agir, Austin desloca o eixo da análise linguística para o plano das práticas sociais concretas. A linguagem passa a ser concebida como uma atividade humana inserida em contextos específicos, nos quais os sujeitos mobilizam convenções compartilhadas para realizar ações reconhecíveis. Essa concepção implica reconhecer que os enunciados não apenas comunicam conteúdos, mas instauram compromissos, produzem avaliações, autorizam práticas e afetam diretamente aqueles que participam da interação.

Em *Quando dizer é fazer* (tradução de Danilo Marcondes), Austin demonstra que expressões como promessas, declarações, juramentos ou ordens não descrevem acontecimentos prévios, mas produzem novos estados de coisas no próprio momento da enunciação. Nessas situações, não há separação entre o dizer e o fazer, pois a ação se realiza precisamente por meio da palavra proferida (Austin, 1990). Essa constatação inaugura uma compreensão performativa da linguagem, na qual o valor do enunciado depende de sua inserção em práticas socialmente reguladas.

Em um primeiro momento, Austin propõe a distinção entre enunciados constativos e performativos, associando os primeiros à descrição de fatos e os

segundos à realização de ações. No entanto, ao aprofundar sua análise, o autor reconhece que essa distinção não se sustenta de maneira rígida. Muitos enunciados aparentemente descritivos realizam ações relevantes, dependendo das circunstâncias em que são produzidos, o que leva Austin a abandonar essa oposição inicial (Austin, 1990).

Esse deslocamento teórico conduz à formulação de uma abordagem mais abrangente, segundo a qual todo enunciado envolve, em alguma medida, a realização de uma ação. A linguagem deixa de ser concebida como um sistema neutro de representação e passa a ser entendida como uma prática social cujos efeitos dependem do contexto, das posições ocupadas pelos sujeitos e das convenções que regulam a interação.

É nesse contexto que Austin propõe sua classificação dos atos de fala, distinguindo entre atos locucionários, atos ilocucionários e atos perlocucionários. Essa distinção não fragmenta o enunciado, mas permite analisá-lo a partir de diferentes dimensões que coexistem e se articulam em qualquer uso da linguagem (Austin, 1990).

O ato locucionário refere-se ao ato de dizer algo, envolvendo a produção material do enunciado, sua organização gramatical, seu sentido e sua referência. Austin detalha essa dimensão ao distinguir o ato fonético, o ato fático e o ato rético, evidenciando que mesmo o nível mais elementar do dizer envolve uma complexa articulação entre forma, som e significado. Esse nível corresponde à base linguística sobre a qual as demais dimensões do ato de fala se sustentam.

O ato ilocucionário corresponde à ação que o sujeito realiza ao proferir o enunciado. Trata-se da dimensão em que se situam ações como prometer, advertir, julgar, aconselhar ou reprovar. A força ilocucionária não é uma propriedade intrínseca da frase, mas resulta de convenções socialmente compartilhadas que permitem aos participantes reconhecer o tipo de ação em jogo (Austin, 1990). Assim, a compreensão do ato ilocucionário exige atenção às circunstâncias da interação e às posições ocupadas pelos sujeitos.

A realização adequada de um ato ilocucionário está condicionada às chamadas condições de felicidade, que dizem respeito à legitimidade do falante, à adequação do contexto e ao reconhecimento do ato por parte dos envolvidos. Quando essas condições não são atendidas, o ato pode falhar ou produzir efeitos inesperados,

o que evidencia que a linguagem é uma prática social regulada e sujeita a normas que ultrapassam a estrutura formal do enunciado (Austin, 1990).

O ato perlocucionário refere-se aos efeitos produzidos pelo enunciado sobre aqueles que o recebem. Esses efeitos podem envolver reações emocionais, mudanças de atitude ou comportamentos específicos e não estão inteiramente sob o controle de quem fala. Austin chama atenção para o fato de que os efeitos da fala dependem da interpretação do outro e das circunstâncias sociais da interação, o que torna essa dimensão particularmente complexa.

A distinção entre atos ilocucionários e perlocucionários permite compreender que nem sempre há correspondência direta entre a intenção do falante e os efeitos produzidos. Um enunciado pode ser formulado com a intenção de aconselhar e produzir constrangimento, ou ser proferido como elogio e resultar em desconforto. Essa instabilidade reforça a necessidade de analisar a linguagem considerando seus efeitos sociais concretos.

Ao conceber a linguagem como ação situada, Austin abre espaço para reflexões posteriores que enfatizam o papel dos sujeitos e de suas posições sociais na realização dos atos de fala. Nesse ponto, as contribuições de Rajagopalan dialogam com o legado austiniano ao destacar que cada indivíduo ocupa papéis específicos na sociedade, e que esses papéis influenciam decisivamente a força e os efeitos das palavras proferidas (Rajagopalan, 2003).

Para Rajagopalan, não é possível compreender plenamente o funcionamento da linguagem sem considerar quem fala, a partir de qual lugar social e com quais possibilidades de reconhecimento. Essa perspectiva reforça a ideia de que os atos de fala não produzem os mesmos efeitos para todos os sujeitos, uma vez que a sociedade atribui valores distintos às diferentes posições ocupadas pelos indivíduos (Rajagopalan, 2012).

Embora Austin não desenvolva explicitamente uma reflexão sociopolítica aprofundada, sua concepção de linguagem como ação fornece as bases para esse tipo de problematização. Ao reconhecer que os atos de fala são regulados por convenções e produzem efeitos variados, sua teoria permite articular linguagem, responsabilidade e efeitos sociais de maneira consistente.

Nesse sentido, a TAF mostra-se especialmente relevante para a análise de enunciados que incidem sobre corpos, identidades e modos de existir. Comentários que avaliam características corporais não se limitam à descrição de aspectos físicos,

mas realizam ações que podem legitimar padrões, reforçar expectativas normativas e produzir impactos significativos sobre aqueles a quem se dirigem.

A importância da proposta austiniana reside, portanto, em sua capacidade de fornecer instrumentos teóricos para compreender a linguagem como prática social dotada de consequências. Falar é agir, e agir por meio da linguagem implica produzir efeitos que se estendem para além do momento da enunciação, incidindo sobre relações, percepções e subjetividades.

É a partir desse arcabouço teórico que se orienta a presente pesquisa, que adota a TAF como base para a análise do corpus. Ao compreender os enunciados como ações dotadas de dimensões locucionárias, ilocucionárias e perlocucionárias, torna-se possível investigar de que modo a linguagem atua na produção de sentidos e na configuração das relações sociais.

No capítulo seguinte, essa fundamentação teórica será retomada com o objetivo de explicitar os procedimentos analíticos que orientarão a investigação desenvolvida. A TAF será mobilizada como base para a análise dos enunciados selecionados, considerando-se as dimensões locucionária, ilocucionária e perlocucionária. Busca-se, assim, demonstrar de que modo os conceitos austinianos contribuem para a compreensão dos sentidos e dos efeitos produzidos pelas falas no contexto específico do corpus analisado.

### 3 O CORPO FEMININO: UMA VISÃO HISTÓRICA

#### 3.1 A CULTURA E SEU IMPACTO NO CORPO DA MULHER

Em *Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade* (2007), os autores Georges Bloc Boris e Mirella Cesídio, afirmam que a cultura se refere:

Aos modos de vida de qualquer sociedade, cujos costumes de conduta, comportamentos e formas de pensar são compartilhados e transmitidos pelas pessoas que a compõem e passados de uma geração a outra [...] A cultura compreende a maneira de o sujeito organizar seu pensamento, suas relações interpessoais, seus ideais e sua forma de perceber o mundo. Portanto, a cultura expressa as transformações sociais, históricas, políticas e econômicas que a sociedade sofre. (Boris; Cesídio, 2007, p. 455)

A cultura, portanto, tem um papel central na forma como uma sociedade se organiza, nos costumes que ela valoriza e até mesmo nos modos de agir das pessoas. De acordo com o texto, ela é passada de geração em geração, sendo, portanto, um elo entre o passado e o presente. É por meio da cultura que se consolidam práticas, crenças e hábitos que vão moldando o jeito de ser de um povo ao longo do tempo. Assim, pode-se dizer que ela é uma espécie de alicerce que sustenta a convivência em grupo e dá sentido às ações do cotidiano. Ainda de acordo com os autores:

[...] ela compreende reações, características e maneiras de conduta de cada indivíduo em diversas situações. Ou seja, os detalhes de conduta que são comuns a todos os sujeitos formam o modo de viver da cultura e das pessoas, mas tais características não são suficientes para definir uma cultura, pois se deve, também, levar em conta o seu período histórico (Boris; Cesídio, 2007, p. 455-456).

No trecho acima mencionado, os autores reforçam que a cultura não se limita apenas a comportamentos ou hábitos repetidos pelas pessoas, essa envolve também as formas de reagir, de se portar diante das situações do dia a dia, além de carregar a marca do tempo em que está inserida. Isso significa que, para compreender verdadeiramente uma cultura, é preciso olhar para o contexto histórico no qual esta foi construída, já que tudo está em constante transformação.

Portanto, ao falar de cultura, estamos nos referindo não só aos costumes que são transmitidos de uma geração para outra, mas também ao que se espera de cada pessoa em termos de atitudes, comportamentos e formas de convivência. A cultura – de nossa sociedade ou de outros povos – nos orienta sobre como agir, o que é aceito socialmente e até mesmo o que é considerado correto ou incorreto dentro de

determinado grupo. Em outras palavras, a cultura guia nosso modo de viver, tanto de forma consciente quanto inconsciente.

A partir da compreensão de cultura apresentada por Boris e Cesídio (2007), torna-se possível aprofundar a análise sobre a maneira como o corpo da mulher é atravessado por valores, expectativas e normas socialmente construídas. Como ressaltam os autores, a cultura organiza não apenas práticas coletivas, mas também modos de pensar, reagir e perceber o mundo, o que implica reconhecer que o corpo feminino não é interpretado de forma neutra, mas mediado por referenciais históricos e sociais que orientam sua valorização ou desvalorização.

Nesse sentido, o corpo da mulher passa a funcionar como um espaço privilegiado de manifestação das exigências culturais de cada época. De acordo com Santaella (2004), a presença constante do corpo na cultura contemporânea não se dá de maneira aleatória, mas revela um sintoma do tempo histórico, no qual o corpo assume centralidade como objeto de atenção, vigilância e intervenção. Essa centralidade incide de forma particularmente intensa sobre o corpo feminino, historicamente associado a ideais de beleza, controle e adequação social.

Ao longo da história, observa-se que os modelos corporais atribuídos às mulheres variam conforme os contextos socioculturais, mas mantêm em comum a expectativa de conformidade a padrões estabelecidos externamente. Conforme discutem Boris e Cesídio (2007), tais padrões não dizem respeito apenas à aparência física, mas envolvem comportamentos, posturas e modos de existência que delimitam o que se espera socialmente do feminino. O corpo, assim, torna-se um elemento fundamental na construção dessas expectativas.

Na contemporaneidade, essas exigências assumem contornos específicos, marcados pela valorização da magreza, da juventude e da ausência de marcas corporais que indiquem envelhecimento ou experiência. Embora frequentemente associadas a narrativas de cuidado e saúde, essas demandas revelam, conforme aponta Santaella (2004), uma lógica cultural que transforma o corpo em alvo constante de aperfeiçoamento, submetendo-o a práticas contínuas de modificação e correção.

Esse processo contribui para a naturalização de um ideal de perfeição estética que se apresenta como desejável e alcançável, ainda que, na prática, seja sustentado por padrões excludentes. Casadei (2015) observa que a cultura contemporânea intensifica a exposição de corpos considerados ideais, o que reforça comparações e produz sentimentos de inadequação, especialmente entre as mulheres. O corpo

passa, então, a ser percebido não como uma dimensão singular, mas como um projeto permanente de ajuste.

A cultura, conforme destacam Boris e Cesídio (2007), orienta as formas de convivência e define parâmetros do que é considerado correto ou aceitável em determinado grupo social. Aplicada ao corpo da mulher, essa orientação manifesta-se na expectativa de autocontrole constante, em que a responsabilidade pela adequação corporal recai quase exclusivamente sobre a própria mulher. A insatisfação com o corpo, nesse contexto, tende a ser interpretada como falha individual, e não como resultado de pressões culturais.

Santaella (2004) ressalta que, na cultura atual, o corpo deixa de ser apenas um suporte biológico e passa a ocupar o lugar de mercadoria simbólica, constantemente exposta, avaliada e transformada. No caso do corpo feminino, essa lógica se intensifica, uma vez que sua constituição é historicamente associado à visibilidade e à apreciação estética, o que amplia sua vulnerabilidade às normas culturais de aparência.

Essas normas não se impõem de maneira explícita, mas operam por meio de práticas cotidianas, imagens recorrentes e expectativas socialmente compartilhadas. Conforme argumenta Casadei (2015), a repetição desses modelos contribui para a internalização de padrões que passam a orientar a forma como as mulheres percebem a si mesmas e aos seus corpos, muitas vezes sem questionamento consciente.

Nesse cenário, o corpo da mulher pode ser compreendido como um espaço de tensão permanente entre autonomia e normatização. Embora a cultura contemporânea enfatize a ideia de escolha individual, as possibilidades efetivas de escolha são limitadas pelos padrões que definem quais corpos são valorizados e quais são alvo de rejeição ou silenciamento (Santaella, 2004).

A busca por um corpo considerado ideal, portanto, não se restringe a uma preocupação com saúde, mas está profundamente vinculada a exigências estéticas e simbólicas que estruturam as relações sociais. Boris e Cesídio (2007) destacam que essas exigências refletem transformações históricas, políticas e econômicas, evidenciando que o corpo feminino é atravessado por forças que extrapolam o âmbito pessoal.

Dessa forma, compreender o impacto da cultura sobre o corpo da mulher implica reconhecer que o corpo não é apenas vivido, mas também regulado, avaliado e significado socialmente. Essa compreensão é fundamental para esta pesquisa, pois

nos permite analisar como determinados comentários e avaliações sobre o corpo feminino se inserem em um contexto cultural mais amplo, no qual a aparência se torna um dos principais critérios de julgamento social.

A associação entre corpo feminino e ideal de perfeição estética constitui um dos elementos centrais da cultura contemporânea. Embora frequentemente apresentada sob o argumento do cuidado com a saúde, essa busca pela adequação corporal revela-se, em grande medida, orientada por critérios estéticos socialmente legitimados. Conforme aponta Santaella (2004), o corpo passa a ser concebido como um projeto permanente de aperfeiçoamento, submetido a intervenções constantes que visam ajustá-lo a padrões idealizados. No caso das mulheres, esse processo é intensificado pela expectativa histórica de que seus corpos sejam visualmente agradáveis e socialmente aceitáveis.

Essa lógica cultural contribui para a sobreposição entre saúde e estética, de modo que práticas voltadas à modificação corporal passam a ser justificadas como necessárias para o bem-estar, ainda que estejam profundamente atravessadas por exigências simbólicas. Casadei (2015) observa que a valorização de corpos magros e jovens é frequentemente naturalizada como sinônimo de cuidado consigo, ocultando o caráter normativo dessas expectativas. Dessa forma, a noção de saúde acaba sendo instrumentalizada para legitimar padrões que pouco consideram a diversidade corporal e as singularidades das experiências femininas.

A centralidade da estética na avaliação do corpo feminino também se manifesta na relação com o envelhecimento. Em uma cultura que privilegia a juventude como valor, o envelhecer feminino tende a ser percebido como um problema a ser corrigido ou disfarçado. Santaella (2004) destaca que as marcas do tempo no corpo passam a ser tratadas como sinais de inadequação, o que estimula práticas de negação do envelhecimento e reforça a ideia de que o valor do corpo da mulher está diretamente ligado à sua aparência jovem.

Esse processo evidencia uma assimetria significativa na forma como o envelhecimento é socialmente percebido entre homens e mulheres. Enquanto o envelhecer masculino costuma ser associado à experiência e à maturidade, o feminino é frequentemente relacionado à perda de valor estético e social. Boris e Cesídio (2007) apontam que essa diferença revela estruturas culturais que atribuem às mulheres a responsabilidade de manter uma aparência considerada desejável ao longo de toda a vida, independentemente das transformações naturais do corpo.

A exposição pública do corpo feminino intensifica essas cobranças. Na cultura contemporânea, corpos femininos são constantemente exibidos, avaliados e comparados, o que amplia a vigilância social sobre sua aparência. Casadei (2015) observa que essa visibilidade reforça a padronização estética, uma vez que determinados corpos passam a funcionar como referência normativa, enquanto outros são marginalizados ou alvo de julgamento. A exposição contínua contribui para a internalização desses parâmetros, tornando-os parte da autoavaliação das próprias mulheres.

Essa lógica de exposição não implica apenas visibilidade, mas também controle simbólico. O corpo feminino torna-se um espaço no qual se exercem expectativas coletivas, sendo constantemente convocado a corresponder a ideais que não foram por ele escolhidos. Santaella (2004) ressalta que, nesse contexto, o corpo deixa de ser vivido apenas como experiência subjetiva e passa a ser percebido como algo que deve ser apresentado, ajustado e validado socialmente.

As consequências desse processo manifestam-se em diferentes formas de sofrimento simbólico. A dificuldade de corresponder aos padrões estéticos hegemônicos pode gerar sentimentos de inadequação, culpa e fracasso pessoal. Boris e Cesídio (2007) apontam que tais sentimentos não surgem de forma isolada, mas estão relacionados à internalização de expectativas culturais que atribuem às mulheres a responsabilidade pela conformidade de seus corpos. O sofrimento, assim, não é apenas individual, mas socialmente produzido.

Esse sofrimento é frequentemente silenciado ou minimizado, uma vez que as exigências estéticas são apresentadas como escolhas pessoais. No entanto, como destacam os estudos sobre corpo e cultura, a noção de escolha é atravessada por condicionantes sociais que limitam as possibilidades efetivas de autonomia. A adesão a práticas de modificação corporal ocorre, muitas vezes, em um contexto no qual a não adesão implica exclusão simbólica ou desvalorização social (Santaella, 2004).

A cultura contemporânea, ao enfatizar a perfeição corporal, contribui para a construção de uma relação instrumental com o próprio corpo. Este passa a ser percebido como algo a ser constantemente corrigido, vigiado e avaliado, em vez de vivido em sua diversidade e historicidade. Casadei (2015) observa que essa relação favorece a fragmentação da experiência corporal, na qual o corpo é reduzido a partes específicas passíveis de julgamento.

No caso das mulheres que ocupam espaços de grande visibilidade, essas exigências tornam-se ainda mais intensas. A cobrança pela manutenção de um corpo considerado ideal não apenas se intensifica, como se torna pública, ampliando os efeitos simbólicos das avaliações. Boris e Cesídio (2007) destacam que a exposição potencializa a pressão pela conformidade, uma vez que o corpo passa a ser constantemente observado e comentado.

Dessa forma, o corpo feminino se configura como um lugar de negociação permanente entre expectativas culturais e experiências subjetivas. A busca pela perfeição estética, longe de ser apenas uma questão de saúde ou preferência individual, revela-se como um fenômeno cultural complexo, atravessado por normas, valores e hierarquias sociais que moldam a forma como as mulheres são percebidas e percebem a si mesmas.

Compreender esses processos é fundamental para esta pesquisa, pois permite situar as avaliações sobre o corpo feminino em um contexto cultural mais amplo, no qual a aparência se torna um critério recorrente de julgamento social. Ao analisar comentários relacionados ao corpo da mulher, torna-se possível observar como expectativas culturalmente construídas se manifestam em práticas de avaliação que produzem efeitos concretos sobre as formas de percepção, sobre a constituição das subjetividades e sobre as relações sociais. Desse modo, o corpo feminino revela-se não apenas como uma dimensão individual, mas como um espaço continuamente atravessado por valores, normas e exigências socialmente compartilhadas.

Diante do que foi discutido ao longo desta seção, torna-se evidente que o corpo da mulher não pode ser compreendido de forma isolada, desvinculado dos valores culturais, das normas sociais e das expectativas historicamente construídas que incidem sobre ele. As exigências relacionadas à aparência, à estética e à adequação corporal revelam-se como parte de um processo mais amplo de organização social, no qual o corpo feminino ocupa um lugar central de avaliação e controle. Nesse sentido, os capítulos seguintes serão dedicados à análise do corpo da mulher a partir de uma perspectiva histórica, considerando, inicialmente, sua construção no contexto do patriarcado e, posteriormente, as marcas deixadas pelo colonialismo. Busca-se, assim, compreender como essas estruturas contribuíram para a consolidação de modos específicos de percepção e tratamento do corpo feminino, cujos efeitos ainda se fazem presentes na contemporaneidade.

### 3.2 O CORPO DA MULHER: DO PATRIARCADO ATÉ OS DIAS ATUAIS

A forma como o corpo da mulher foi historicamente concebido, regulado e significado está diretamente relacionada à consolidação do patriarcado enquanto sistema social, político e simbólico. Desde os períodos mais remotos da organização social ocidental, o corpo feminino foi compreendido a partir de sua utilidade, sobretudo no que diz respeito à reprodução e à manutenção da ordem familiar. Essa concepção restringiu a mulher a um lugar social marcado pela subordinação, pela obediência e pela exclusão dos espaços de decisão, produzindo uma compreensão do feminino associada à passividade e à dependência.

Conforme analisa Foucault (1979), o corpo é um dos principais alvos do poder, sendo constantemente atravessado por frases/falas e práticas que visam discipliná-lo e torná-lo funcional às exigências sociais. No caso do corpo feminino, esse controle assumiu características específicas, uma vez que sobre ele recaía a responsabilidade pela reprodução biológica e simbólica da sociedade. O corpo da mulher passou a ser vigiado, regulado e normatizado, pois dele dependia a continuidade da família, da herança e da organização social patriarcal. Assim, o corpo feminino foi historicamente tratado como um meio, e não como expressão de autonomia ou subjetividade.

Narvaz e Koller (2006) destacam que o patriarcado não se limita ao poder exercido pelo pai no âmbito familiar, mas constitui uma forma ampla de organização social baseada na supremacia masculina. Nesse sistema, os homens ocupam posições hierarquicamente superiores, enquanto às mulheres é atribuído um lugar de subordinação, naturalizado como consequência de uma suposta ordem biológica. Essa hierarquia se sustenta a partir da valorização das atividades masculinas e da desvalorização das experiências femininas, especialmente aquelas relacionadas ao corpo, à sexualidade e à reprodução.

Ao longo da história, o corpo da mulher foi reduzido à sua capacidade reprodutiva, sendo compreendido como um corpo que gera, cuida e serve. A maternidade, nesse contexto, não era apresentada como possibilidade ou escolha, mas como destino inevitável. A mulher era socialmente reconhecida na medida em que cumpria esse papel, e qualquer desvio dessa expectativa era interpretado como falha moral ou inadequação social (Nascimento; Medina; Teixeira, 1998). Esse processo contribuiu para a construção de uma identidade feminina profundamente vinculada à renúncia de si mesma, em favor do marido, dos filhos e da família.

Essa redução do corpo feminino à função reprodutiva esteve diretamente associada à exclusão das mulheres da vida política, econômica e social. A participação feminina nos espaços públicos foi historicamente negada com base em frases/falas que associavam a mulher à fragilidade, à emotividade e à incapacidade racional. Tais frases/falas reforçaram a ideia de que o lugar da mulher era o espaço doméstico, enquanto a esfera pública era reservada aos homens. O corpo feminino, nesse sentido, foi utilizado como justificativa para sua exclusão, sendo apresentado como obstáculo à participação ativa na vida social.

A compreensão do corpo como construção social contribui para aprofundar essa análise. Medina, Nascimento e Teixeira (1998) afirmam que o corpo é atravessado por significados culturais que orientam as formas de existir e de se relacionar no mundo. O corpo da mulher, ao longo da história, foi marcado por falas que o associaram à submissão, à pureza e ao silêncio, legitimando práticas de controle e dominação. Essas práticas não se restringiram a imposições diretas, mas foram incorporadas às normas sociais, às instituições e às formas de educação feminina.

Nesse processo, o corpo feminino tornou-se também um espaço privilegiado de violência. Em *O corpo feminino como lugar de violência* (2002), a autora Rachel Soihet, afirma que a violência contra a mulher não se limita às agressões físicas, mas se manifesta de forma contínua e estruturante, por meio de práticas simbólicas que naturalizam a dominação e o sofrimento feminino. A imposição de papéis sociais rígidos, a negação do direito à escolha e a responsabilização da mulher pelos conflitos familiares são exemplos de violências que operam de maneira silenciosa, mas profundamente eficaz.

A violência simbólica, conforme esse debate evidencia, atua justamente por se apresentar como natural, legítima e até necessária. O sofrimento da mulher foi historicamente romantizado e normalizado, sendo frequentemente associado à ideia de virtude feminina (Soihet, 2002). A mulher que suporta, que silencia e que se sacrifica foi construída como modelo ideal, enquanto aquela que questiona ou resiste é vista como ameaça à ordem social. Esse processo contribuiu para a internalização da dominação, fazendo com que muitas mulheres passassem a compreender o sofrimento como parte inevitável de sua existência.

Essa naturalização do sofrimento feminino também se expressa na forma como a sexualidade da mulher foi historicamente controlada. A vigilância sobre o

corpo feminino visava garantir não apenas a reprodução legítima, mas também a moralidade social. A mulher deveria ser recatada, fiel e submissa, enquanto qualquer manifestação de desejo fora dos limites impostos era duramente punida (Soihet, 2002). O corpo feminino, nesse sentido, foi constantemente associado à culpa e à vergonha, reforçando a necessidade de controle e disciplina.

Na contemporaneidade, embora as mulheres tenham conquistado direitos importantes, as formas de controle sobre o corpo feminino não desapareceram. Naomi Wolf (1992) argumenta que, à medida que as restrições legais e institucionais foram enfraquecidas, novas formas de dominação emergiram, especialmente por meio do mito da beleza. Segundo a autora, o corpo da mulher passou a ser regulado por padrões estéticos rígidos, que associam valor, sucesso e reconhecimento social à aparência física.

Wolf (1992) destaca que o mito da beleza funciona como um mecanismo de controle social, pois mantém as mulheres ocupadas com a gestão de seus próprios corpos. Dietas, procedimentos estéticos e práticas de autocontrole são apresentados como escolhas individuais, mas operam como exigências sociais que reforçam a desigualdade de gênero. Esse processo contribui para a continuidade da violência simbólica, uma vez que responsabiliza a mulher por não alcançar padrões inalcançáveis, produzindo sentimentos constantes de inadequação e culpa.

A medicalização do corpo feminino também se insere nesse contexto. Processos naturais, como o envelhecimento e as transformações corporais, passam a ser tratados como problemas a serem corrigidos. Essa lógica reforça a ideia de que o corpo da mulher nunca é suficiente em sua forma natural, exigindo intervenções constantes (Wolf, 1992). Trata-se de uma continuidade histórica das práticas de controle, agora revestidas por falas científicas e mercadológicas, que ocultam as relações de poder envolvidas.

Dessa forma, o corpo da mulher permanece situado em um lugar de vigilância permanente. Se, em outros períodos históricos, esse controle se dava por meio da moral religiosa e da autoridade masculina direta, hoje ele se manifesta por normas sociais que se apresentam como neutras, mas que continuam a reproduzir hierarquias de gênero. A mulher é incentivada a internalizar essas normas, naturalizando o sofrimento e responsabilizando-se por sua própria subordinação.

Ao longo desse percurso histórico, o corpo feminino foi construído como objeto de controle, raramente reconhecido como espaço legítimo de autonomia e

decisão. A exclusão das mulheres dos espaços políticos e sociais reforçou essa posição, uma vez que elas não participavam da elaboração das normas que regulavam seus próprios corpos. Assim, o patriarcado se mantém não apenas por meio de instituições formais, mas também por práticas cotidianas que moldam corpos, subjetividades e modos de existir.

Compreender o corpo da mulher a partir dessa perspectiva histórica permite reconhecer que as desigualdades de gênero são resultado de processos sociais longamente construídos. O corpo feminino foi, e continua sendo, um dos principais instrumentos por meio dos quais essas desigualdades se sustentam. Ao ser reduzida à reprodução, à submissão e à adequação moral, a mulher teve sua autonomia negada e sua participação social limitada.

Nesse sentido, a análise do corpo feminino no contexto patriarcal constitui um passo fundamental para compreender as formas específicas que esse controle assumiu em diferentes períodos históricos. No próximo capítulo, essa discussão será aprofundada a partir do contexto do Brasil colonial, momento em que o corpo da mulher foi rigidamente regulado em função da reprodução, da moralidade e da manutenção da ordem social. Serão abordadas as formas pelas quais o corpo feminino foi controlado no período colonial, especialmente no que diz respeito à maternidade, à sexualidade e à imposição de normas morais, evidenciando a continuidade das práticas patriarcais no contexto brasileiro.

Diante desse percurso histórico, torna-se evidente que o corpo da mulher foi continuamente construído como objeto de controle, regulação e silenciamento, sustentando a lógica patriarcal que restringiu sua autonomia e participação social (Soihet, 2002). As formas de dominação analisadas até aqui não se manifestaram de maneira homogênea, mas assumiram características específicas conforme os contextos históricos e sociais. Nesse sentido, para compreender de modo mais aprofundado como essas práticas se materializaram no contexto brasileiro, o próximo capítulo se dedicará à análise do corpo da mulher no período colonial no Brasil. Serão discutidas as formas pelas quais o corpo feminino foi controlado em função da reprodução, da moralidade e da manutenção da ordem social colonial, evidenciando como o patriarcado se articulou às estruturas coloniais para regular a sexualidade, a maternidade e os comportamentos femininos.

### 3.3 O CORPO FEMININO NO BRASIL COLONIAL

A compreensão do corpo feminino como construção social e cultural torna-se ainda mais evidente quando analisada no contexto do Brasil colonial. Nesse período, o corpo da mulher foi alvo de um intenso processo de normatização, orientado por falas religiosas, familiares e institucionais que delimitavam rigidamente suas funções sociais. Conforme apontam Medina, Nascimento e Teixeira (1998), o corpo humano não se restringe a uma dimensão biológica, mas constitui um espaço simbólico no qual se inscrevem valores, crenças e saberes de uma determinada época.

No contexto colonial, o corpo feminino foi reduzido, sobretudo, à sua função reprodutiva. Como destacam as autoras, “o corpo da mulher não possuía outra tarefa senão a de preencher ordenadamente os vazios demográficos da colônia” (Nascimento; Medina; Teixeira, 1998, p. 21). Essa afirmação evidencia como a maternidade foi naturalizada como destino incontornável, transformando o corpo da mulher em instrumento a serviço da expansão populacional e da manutenção da ordem social.

As experiências corporais femininas — como menstruar, gestar, parir e amamentar — eram interpretadas exclusivamente a partir dessa lógica reprodutiva. Além disso, a mulher exercia atividades relacionadas ao cuidado com a saúde da família e da comunidade, papel justificado por valores de solidariedade e religiosidade, mas que reforçava sua posição de doação constante ao outro (Medina; Nascimento; Teixeira, 1998). O corpo feminino, nesse sentido, era concebido como um corpo funcional, cuja existência estava voltada prioritariamente às necessidades alheias.

Esse corpo era atravessado por comentários que o definiam como “patrimônio da família” e “santuário do estranho” (Medina; Nascimento; Teixeira, 1998, p. 15), expressões carregadas de misticismo, temor e idealização moral. A aliança entre Igreja e Estado, aliada a uma medicalização ainda incipiente, contribuiu para a construção de um imaginário que sacralizava a maternidade e restringia drasticamente a autonomia feminina. A mulher era valorizada não por sua subjetividade, mas por sua capacidade de gerar e nutrir filhos, considerados bens sociais e familiares.

Nesse contexto, a sexualidade feminina era severamente controlada. O prazer da mulher era interdito por narrativas que associavam o desejo sexual à culpa e à punição divina. Conforme relatam Medina, Nascimento e Teixeira (1998), acreditava-se que, caso a mulher sentisse prazer durante a relação sexual ou alimentasse

fantasias eróticas, poderia ser castigada por Deus com o nascimento de crianças consideradas monstruosas ou defeituosas. Essas falas funcionavam como mecanismos simbólicos de controle, produzindo medo e reforçando a submissão do corpo feminino.

O corpo da mulher era, portanto, concebido como um corpo sem legitimidade para o desejo. A sexualidade feminina deveria ser contida, silenciosa e orientada exclusivamente à reprodução. Ao associar prazer à transgressão, essas narrativas contribuíam para a construção de uma feminilidade marcada pela culpa, pela repressão e pela vigilância constante do próprio corpo.

Em oposição a essa construção da feminilidade, o homem era socialmente reconhecido como figura de autoridade, provedor e protetor. Conforme destacam as autoras, à mulher cabia a docilidade, a delicadeza e a obediência, expressas tanto nos gestos quanto na forma de se comunicar. Esperava-se que ela evitasse o contato visual direto, ocupasse posições secundárias e modulasse sua fala de maneira suave e contida (Medina; Nascimento; Teixeira, 1998). Essas práticas corporais e comportamentais reforçavam a hierarquia de gênero e legitimavam a superioridade masculina.

A Igreja Católica exerceu papel central na manutenção dessa ordem social. Por meio de comentários religiosos e prescrições morais, instituiu um modelo de mulher ideal baseado na pureza, na submissão e na maternidade. Como apontam Medina, Nascimento e Teixeira (1998), o “adestramento” das mulheres era considerado indispensável para a reprodução desses valores ao longo das gerações. A mulher “santa”, moldada pelo matrimônio e pela maternidade, tornava-se uma aliada do Estado e da Igreja na preservação da ordem social.

Desde o nascimento, a mulher era inserida em uma trajetória rigidamente definida. Inicialmente subordinada ao pai e, posteriormente, ao marido, sua existência era marcada pela dependência e pela obediência. O corpo feminino, cuidadosamente vigiado, constituía um patrimônio familiar, cujo valor estava diretamente associado à possibilidade de um casamento considerado vantajoso (Medina; Nascimento; Teixeira, 1998). Dessa forma, o corpo da mulher era negociado simbolicamente, reforçando sua condição de objeto dentro da estrutura social colonial.

Essas práticas evidenciam que o controle do corpo feminino no Brasil colonial não se dava apenas por meio de imposições diretas, mas também por narrativas que naturalizavam a submissão e a ausência de autonomia. O ideal da Virgem Maria,

amplamente difundido pela Igreja, funcionava como modelo máximo de feminilidade, reforçando a associação entre virtude, maternidade e silêncio. A mulher que se afastasse desse ideal era vista como ameaça à ordem moral e social.

Assim, essa breve análise do período colonial permite compreender como as bases do controle sobre o corpo feminino foram historicamente construídas e legitimadas. As falas que reduziam a mulher à reprodução, à docilidade e à obediência não apenas organizaram a vida social daquele período, mas deixaram marcas profundas que atravessaram os séculos. Essas marcas ajudam a explicar a persistência de padrões normativos que, mesmo transformados, continuam a regular a experiência corporal feminina na contemporaneidade.

### 3.4 O CORPO FEMININO NA MODERNIDADE

A estrutura patriarcal, que durante séculos organizou as relações sociais e os papéis de gênero, não permaneceu estática ao longo do tempo. Embora tenha sido a base normativa das sociedades ocidentais, especialmente no período colonial, esse sistema passou por reconfigurações significativas a partir das transformações econômicas, políticas e culturais que marcaram a transição para a modernidade. Tais mudanças não significaram a extinção do patriarcado, mas sua adaptação a novos contextos históricos, alterando as formas de controle e significação do corpo feminino.

De acordo com Boris e Cesídio (2007), o enfraquecimento das estruturas patriarcais no Brasil tornou-se mais evidente a partir do final do século XIX, com o avanço da urbanização, o desenvolvimento do modelo fabril e a ampliação do acesso das mulheres à educação formal. Esses fatores contribuíram para a modernização intelectual e social das mulheres, permitindo uma circulação mais ampla nos espaços públicos e uma relativa ampliação de suas possibilidades de atuação social. No entanto, esse processo ocorreu de maneira lenta e desigual, não alcançando todas as mulheres da mesma forma.

A inserção da mulher no espaço público e no mercado de trabalho representou uma ruptura importante com o modelo doméstico tradicional, mas também inaugurou novas formas de exigência e sobrecarga. A mulher passou a acumular funções, conciliando o trabalho remunerado com as responsabilidades domésticas e familiares, que continuaram sendo socialmente atribuídas a ela. Como observam Boris e Cesídio (2007), o acesso aos meios de produção não implicou, necessariamente, uma

libertação plena, mas a reorganização das expectativas sociais sobre o corpo e o papel feminino.

Nesse contexto, o corpo da mulher deixa de ser exclusivamente associado à reprodução e à moralidade religiosa e passa a ser também vinculado à produtividade, à eficiência e à aparência. O controle que antes se exercia de forma explícita, por meio da vigilância familiar e religiosa, passa a operar de maneira mais sutil, mediado por falas sociais que exaltam a autonomia, a escolha e o sucesso individual. Trata-se de uma mudança significativa na forma como o patriarcado se manifesta: menos centrado na repressão direta e mais articulado à lógica do desempenho e da adequação social.

O movimento feminista teve papel central nesse processo de deslocamento das normas tradicionais. Ao denunciar as desigualdades de gênero e questionar os papéis historicamente atribuídos às mulheres, o feminismo contribuiu para a construção de novas possibilidades de subjetivação feminina. Conforme destacam Boris e Cesídio (2007), as reivindicações feministas tornaram visíveis as múltiplas formas de sujeição às quais as mulheres estavam submetidas, abrangendo esferas familiares, sociais, políticas e econômicas. Essa tomada de consciência possibilitou que o corpo feminino passasse a ser pensado também como espaço de autonomia e reivindicação.

Entretanto, mesmo diante desses avanços, as transformações não eliminaram os mecanismos de normatização do corpo feminino. Ao longo do século XX, novas falas passaram a atravessar a experiência corporal das mulheres, agora fortemente mediadas pela cultura de consumo e pelos meios de comunicação de massa. O corpo feminino passou a ocupar lugar central nas narrativas midiáticas, sendo constantemente associado a ideais de beleza, juventude e sucesso, que operam como novos parâmetros de valorização social.

Essa mudança indica que o controle sobre o corpo da mulher não desapareceu, mas foi ressignificado. Conforme apontam Boris e Cesídio (2007), o corpo feminino passou a ser inserido em uma lógica produtiva e mercadológica, tornando-se meio para atingir fins associados ao lucro e à visibilidade. A antiga exigência de docilidade e obediência cede espaço a uma exigência de autogestão corporal, na qual a mulher é convocada a cuidar, modelar e aperfeiçoar continuamente sua aparência.

O capitalismo contemporâneo, aliado ao desenvolvimento das tecnologias e da mídia, desloca o eixo do controle para o campo do desejo. A mulher é incentivada

a desejar um corpo idealizado, apresentado como alcançável por meio de esforço individual, consumo e disciplina. Como observam Boris e Cesídio (2007), os modelos de corpo e subjetividade são historicamente construídos e refletem os valores culturais de cada época. Assim, a valorização de determinados padrões estéticos não é neutra, mas responde a interesses econômicos e simbólicos específicos.

Nesse cenário, o corpo feminino transforma-se em território de investimento simbólico e financeiro. A aparência passa a funcionar como capital social, capaz de gerar reconhecimento, pertencimento e valorização. O controle, que antes se exercia de fora para dentro, passa a ser internalizado, operando por meio da autovigilância e da comparação constante. A mulher passa a regular seu próprio corpo a partir de parâmetros externos, que se apresentam como escolhas pessoais, mas que são socialmente produzidos.

Essa lógica produz efeitos subjetivos importantes, como a insatisfação crônica com o próprio corpo e a sensação permanente de inadequação. O ideal estético, constantemente renovado e inatingível, alimenta um ciclo contínuo de consumo e frustração. Conforme apontam Boris e Cesídio (2007), a imposição desses modelos pode conduzir à perda da singularidade e ao esvaziamento subjetivo, na medida em que a mulher passa a se perceber sempre aquém do padrão esperado.

Dessa forma, observa-se que a trajetória histórica do corpo feminino é marcada por continuidades e deslocamentos. Se no período colonial o corpo da mulher era controlado principalmente pela moral religiosa e pela autoridade patriarcal direta, na modernidade ele passa a ser regulado por falas associadas à produtividade, à estética e ao consumo. Em ambos os casos, trata-se de mecanismos que limitam a autonomia feminina, ainda que se apresentem sob formas distintas.

Compreender essas reconfigurações é fundamental para analisar os processos contemporâneos de exposição e julgamento do corpo feminino. As transformações históricas aqui discutidas não rompem com o passado, mas o atualizam, criando novas formas de normatização que se articulam com as tecnologias e os espaços digitais. É nesse cenário que o corpo da mulher passa a ocupar lugar central nas redes sociais, tema que será aprofundado na próxima seção.

### 3.6 O CORPO FEMININO COMO FOCO NAS REDES SOCIAIS

A consolidação das redes sociais on-line reconfigurou de forma profunda as relações humanas, as formas de interação e, sobretudo, as formas de exposição e percepção do corpo. Em meio a esse processo, o Instagram emergiu como a plataforma mais emblemática da cultura da imagem, promovendo não apenas novos modos de socialização, mas também estabelecendo critérios simbólicos de visibilidade, pertencimento e valor. A imagem corporal — em especial a feminina — passou a ocupar um lugar central nesse novo cenário, tornando-se objeto de constante avaliação, performance e comparação pública.

Como afirma a autora Luciana Zenha (2017, p. 29) em *Redes sociais online: o que são as redes sociais e como se organizam?*, as redes sociais on-line são ambientes digitais que “tornam possível a integração de um perfil de usuário a outros de amigos virtuais, compartilhando [...] maneiras de expressão sobre determinado assunto”. No entanto, essa expressividade é frequentemente moldada por expectativas culturais dominantes, entre elas, os padrões estéticos historicamente direcionados ao corpo da mulher. A interface do Instagram, baseada na publicação de imagens, favorece a criação de narrativas visuais que destacam e reforçam corpos magros, jovens, com traços simétricos e cuidadosamente produzidos. A curadoria da própria imagem — por meio de filtros, ângulos, retoques e intervenções cirúrgicas — tornou-se uma prática cotidiana, orientada por uma lógica de valorização baseada na aparência.

Em *Corpo digital e bem estar na rede Instagram – um estudo sobre as subjetividades e afetos na atualidade* a autora Valéria Aprobato (2018, p. 157), ao analisar o Instagram como campo de pesquisa, ressalta que essa rede “permite inúmeras discussões sobre o corpo ideal e a relação afetiva com celebridades, que representam referências modelares de crenças e comportamentos”. Essa relação entre ídolos e seguidores está longe de ser neutra, pois articula afetos, desejos e identificações, operando como um campo de construção simbólica, no qual o corpo é constantemente reconfigurado para corresponder às expectativas externas. A autora desenvolve a ideia de uma “cartografia de afetos”, um mapeamento subjetivo que revela o quanto os seguidores projetam em figuras públicas como celebridades e influenciadoras digitais, ideais de beleza, saúde e sucesso pessoal (Aprobato, 2018, p. 157-158).

Esse cenário revela a atuação de dispositivos de controle mais sutis, porém eficazes, que operam não mais pela repressão direta, mas por meio da autovigilância e do desejo de reconhecimento. Segundo Aprobato (2018, p. 158), “o discurso de busca pela eterna juventude pode ser compreendido como um produto de consumo complexo”, estruturado a partir de promessas de saúde, bem-estar e superação emocional, mas ancorado em uma estética que privilegia a padronização. O corpo feminino, nesse contexto, é interpretado como um projeto em constante atualização, no qual a perfeição estética se torna uma exigência social camuflada de escolha pessoal.

Embora o Instagram se apresente como um espaço democrático de expressão, os conteúdos que ganham maior visibilidade tendem a seguir modelos estéticos hegemônicos, reforçando desigualdades simbólicas e estimulando sentimentos de inadequação. Zenha (2017, p. 29) reconhece que essas plataformas ampliam a autoexpressão, mas também observa que as interações “são mediadas por trocas discursivas nas quais os usuários veiculam e compartilham seus saberes”, saberes estes frequentemente baseados em padrões de beleza dominantes. A experiência da usuária comum é, assim, atravessada pela lógica do engajamento, da comparação constante e da performatividade.

A forma como as celebridades e influenciadoras constroem sua presença digital também tem papel crucial na disseminação desses ideais. Aprobato (2018) destaca que:

As pessoas têm fome de muitas coisas, inclusive uma fome insaciável de beleza, que se manifesta em necessidade de se transformar em imagem, pura vaidade em “tempos” de Instagram. Entre as respostas dos seguidores para uma das perguntas da pesquisa (do que você tem fome?), temos respostas como: fome de desejos; fome por atenção; fome em ter fixação em uma pessoa; fome por consumo excessivo; fome de possuir alguém; gula no desconforto visual; fome em se autopunir; fome por afeto; fome de desejar possuir roupas, bolsas, sapatos, cremes etc.; fome por excessos, fome de ser outra pessoa, fome em ter o corpo de outra pessoa; fome de ter em si, partes do corpo de outra pessoa; fome por experimentações; fome de sexo; fome em ser glutões da imortalidade; sede por procedimentos estéticos; o desejo por trocar de corpo; desejo de ser imortal; fome em congelar suas células para fazer um clone; obsessão em viver para sempre; fome de promessas que me façam sentir melhor; engordar de culpas e remorsos; gula por autorrecriação; fome de usar roupas de menores tamanhos e fome de ver o peso reduzido na balança (p. 162-163).

Observa-se que muitos seguidores revelam um desejo intenso de “ter o corpo de outra pessoa” (Aprobato, 2018, p. 162), alimentando uma relação marcada pela comparação e pelo apagamento da própria corporalidade. Essa “fome” simbólica pelo

corpo ideal — que pode ser compreendida como uma fome de pertencimento, aceitação ou reconhecimento — revela o quanto a estética se converteu em critério central da vida social digital. O corpo da mulher, nesse arranjo, torna-se símbolo, vitrine e moeda de valor.

Nesse cenário em que o corpo feminino é construído como vitrine de valor e elemento de distinção social, ganha força o conceito de performatividade, cunhado por Judith Butler (2018), que interpreta o gênero — e, por consequência, o corpo — não como essência, mas como um efeito reiterado de práticas e falas normativas. O corpo magro, moldado, ajustado aos critérios estéticos dominantes, não é apenas uma representação visual, mas uma performance social que demanda manutenção constante. A busca pela magreza, nesse contexto, deixa de ser uma escolha autônoma e passa a integrar um conjunto de repetições sociais legitimadas por plataformas como o Instagram, que oferecem visibilidade e status em troca de aderência aos padrões hegemônicos. O corpo ideal se torna, então, resultado de um processo de incorporação das normas, internalizadas a ponto de parecerem naturais. Para Butler (2018, p. 195), “o corpo se torna sua própria significação, em um processo em que ele é moldado e produzido pelo discurso”, evidenciando a sutileza com que os dispositivos de poder operam na constituição do sujeito.

Ademais, é necessário compreender que esses processos de subjetivação estão intimamente ligados ao que Michel Foucault (1979) denominou de biopoder. Trata-se de um poder que não atua mais por repressão direta, mas por meio da gestão dos corpos e da produção de normas sobre a vida. A lógica do biopoder se manifesta, no contexto das redes sociais, através da ênfase no autocuidado, da vigilância estética e da responsabilização individual pelas escolhas corporais. O corpo da mulher, ao ser exposto e interpretado como um projeto em constante atualização, passa a ser regulado não apenas por regras externas, mas também por mecanismos internos de autovigilância e autocensura. As usuárias tornam-se ao mesmo tempo objeto e sujeito da vigilância, julgando e sendo julgadas, moldando seus corpos e comportamentos para se manterem dentro do campo da visibilidade positiva. Como afirma Foucault (1979, p. 140), “o poder moderno se exerce principalmente sobre a vida: sobre os corpos, sobre a saúde, sobre a forma de viver”.

Esse processo de internalização da norma estética gera consequências psíquicas importantes, como o esvaziamento da subjetividade e o deslocamento da autoestima para o campo da imagem. A imagem corporal passa a condicionar a

experiência de si mesma, levando muitas mulheres à adoção de estratégias de modificação corporal — que vão de dietas extremas a procedimentos cirúrgicos invasivos — com o objetivo de alcançar um padrão muitas vezes inatingível. Como destaca Aprobato (2018, p. 159), “as redes sociais transformaram o corpo em um capital visual”, o que implica uma mercantilização da aparência, na qual o corpo ideal se converte em moeda simbólica de aprovação, pertencimento e visibilidade. Essa lógica se intensifica no ambiente das celebridades digitais, em que o corpo não apenas comunica, mas também representa status, prestígio e poder simbólico.

Essa constante busca pela validação externa por meio do corpo produz efeitos que não podem ser desconsiderados em uma análise crítica do que ocorre no mundo digital. A própria cantora Maiara, objeto desta pesquisa, torna-se um caso emblemático desse sistema – controverso –, pois ao passar por um processo de emagrecimento visível, sua imagem passou a ser alvo de múltiplos enunciados que, ora a elogiam, ora a condenam, evidenciando que não há um ponto de estabilidade para o corpo feminino. Quando Maiara estava acima do peso, era alvo de críticas por não se adequar aos padrões de magreza. Agora, magra, é acusada de ter perdido sua identidade, de estar “se acabando” ou de ter “sumido”. Essas falas confirmam o argumento de Simone de Beauvoir (1980, p. 9), ao afirmar que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, ou seja, ela é construída socialmente, sempre em relação ao olhar do outro, sobretudo do olhar masculino e normativo. A identidade feminina, nesse contexto, é permanentemente atravessada pela expectativa do outro, e o corpo torna-se campo de disputa simbólica entre o eu e o olhar social.

Nesse processo de exposição contínua e julgamento público, o corpo feminino sofre o que Erving Goffman (1988) denominou de estigmatização. O estigma, nesse caso, não se refere apenas a uma marca corporal evidente, mas a qualquer desvio das normas que regulam o corpo considerado “adequado”. Goffman (1988) argumenta que o estigma é uma forma de desacreditação do indivíduo, produzida pelas expectativas sociais. A cantora Maiara, ao modificar seu corpo, é lida ora como vencedora (quando elogiada pela nova forma), ora como “falsa”, “irreconhecível” ou “doente”, quando ultrapassa a medida de magreza aceitável. Essa oscilação discursiva reforça a tese de que o corpo feminino nunca atinge o “ideal” plenamente — ele é sempre passível de correção, melhoria ou julgamento. Goffman (1988, p. 15) observa que “a identidade social é uma construção que se dá em relação à imagem

que o outro projeta de nós”, e nas redes, essa imagem é moldada por algoritmos, filtros e reações públicas.

Outro ponto importante é a ilusão de liberdade que as redes sociais promovem. Embora se apresentem como espaços de livre expressão, esses ambientes digitais operam com base em lógicas algorítmicas que reforçam certos padrões e invisibilizam outros. As imagens que recebem mais curtidas, comentários ou compartilhamentos tendem a reproduzir corpos normativos, reforçando o padrão de beleza hegemônico. Como aponta Sibilia (2008), vivemos na era da exposição, na qual a visibilidade é condição para a existência. Nesse sentido, a mulher que não corresponde a esses padrões é empurrada para os bastidores da rede, tornando-se invisível ou passível de escárnio. A liberdade de expressão, portanto, é atravessada por critérios invisíveis de valorização estética que atuam como filtros sociais, definindo quem deve ou não ocupar os espaços de destaque.

É necessário, nesse sentido, compreender que a construção do corpo ideal é, sobretudo, uma construção simbólica e ideológica. Não se trata apenas de saúde, como muitas narrativas tentam justificar, mas de controle social sobre o corpo feminino, disfarçado sob o véu da preocupação estética. Como afirma Jaggar *et al.* (1997, p. 254), “o corpo da mulher é um campo de batalha no qual se travam lutas culturais”. Nesse campo, emagrecer ou engordar não são apenas decisões pessoais: são eventos interpretados, comentados, validados ou condenados por um público que acredita ter direito a opinar sobre a corporalidade alheia. A cantora Maiara, ao expor seu corpo nas redes sociais, não apenas compartilha uma imagem, mas ativa um dispositivo de controle coletivo, no qual sua aparência se converte em matéria de debate público — mesmo que ela nunca tenha solicitado essa exposição. O corpo, nesse cenário, deixa de ser apenas suporte biológico para se tornar texto interpretável, símbolo e espetáculo.

A medicalização da aparência, como apontam Coelho *et al.* (2017), tem se tornado um fenômeno recorrente, impulsionado por sentimentos de inadequação corporal e pela crença socialmente construída de que a cirurgia plástica estética é um caminho legítimo para a felicidade e para o reconhecimento social. O artigo revela que a insatisfação com o corpo é o principal fator motivador para a realização desses procedimentos, mesmo quando não há deformações objetivas. Tal cenário nos permite compreender o quanto os padrões estéticos internalizados operam como comandos sociais que acionam comportamentos transformadores do corpo, muitas

vezes, guiados mais pela expectativa externa do que por uma necessidade fisiológica ou funciona, que leva muitas mulheres a morrer em uma sala de cirurgia.

Essa lógica de autointervenção corporal é potencializada pelas redes sociais, em especial pelo Instagram, que estabelece uma estética da comparação contínua. A noção de que “corpos magros são corpos desejáveis” reforça-se visualmente em cada postagem que associa magreza a sucesso, saúde e autoestima. Coelho *et al.* (2017) demonstram que mesmo após a realização da cirurgia estética, muitos indivíduos continuam insatisfeitos com a própria imagem, o que indica que a raiz do problema não está no corpo em si, mas na forma como ele é simbolicamente percebido e construído. A cirurgia, nesse contexto, não encerra o ciclo da insatisfação, mas, muitas vezes, o alimenta.

A presença de transtornos como o Transtorno Dismórfico Corporal (TDC) entre pacientes que se submetem à cirurgia plástica é outro dado alarmante. Coelho *et al.* (2017) identificam alta prevalência desse transtorno em indivíduos que buscaram procedimentos estéticos, o que revela uma urgência ética na triagem e no acompanhamento psicológico desses pacientes. Quando essas intervenções ocorrem sem um acompanhamento clínico adequado, reforçam-se processos de alienação corporal, em que o sujeito tenta modificar uma parte do corpo na esperança de atingir uma imagem idealizada, mas nunca plenamente atingível. Assim, o corpo torna-se projeto interminável de correção.

Ainda segundo os autores, muitas pacientes que sofrem de transtornos alimentares, como anorexia e bulimia, também recorrem à cirurgia plástica, especialmente à lipoaspiração e à colocação de próteses de mama. Esses dados são importantes para pensar como a ideologia da magreza atua como matriz de subjetivação, que não apenas prescreve padrões, mas também determina condutas, percepções e decisões médicas. As práticas de modificação corporal, neste cenário, se articulam com uma estética dominante que valoriza a juventude, a leveza e a simetria, perpetuando uma lógica produtiva sobre o corpo feminino que exige constante performance, adequação e sacrifício.

Dessa forma, o corpo da mulher é socialmente construído como um projeto em eterno aperfeiçoamento. E essa expectativa não se realiza de maneira neutra, mas está enraizada em construções históricas que associam o corpo da mulher à estética e à sedução. Coelho *et al.* (2017) indicam que muitas pacientes recorrem à cirurgia plástica motivadas pela promessa de aumento da autoestima, o que remete à

discussão de Jaggar *et al.* (1997) sobre a colonização do corpo feminino por uma lógica patriarcal que transforma a beleza em uma espécie de “dever moral”. A cirurgia estética, nesse sentido, é mais um capítulo da história de disciplinamento do corpo da mulher, travestido de liberdade e empoderamento.

É preciso, portanto, deslocar o olhar da superfície do corpo para os sistemas simbólicos que lhe conferem sentido. Quando o emagrecimento de uma figura pública como Maiara provoca reações intensas — positivas ou negativas —, o que está em jogo não é apenas a forma física, mas o imaginário social sobre o que é ser mulher, ser bem-sucedida, ser desejável. A análise dos comentários sobre seu corpo, à luz da TAF (Austin, 1990), revela que essas frases não apenas opinam, mas agem sobre o outro, produzindo efeitos de julgamento, validação ou rejeição. Os enunciados funcionam como dispositivos de controle social, moldando comportamentos e reafirmando normas.

É nesse contexto que a reflexão de Andrade e Bosi (2003) torna-se fundamental para a compreensão dos efeitos simbólicos gerados por tais enunciados. Para as autoras, vivemos em um tempo marcado pela fragmentação subjetiva, no qual os modelos culturais importados e massificados pela globalização operam um verdadeiro esvaziamento do simbólico coletivo. O corpo feminino, nesse cenário, transforma-se em palco privilegiado de projeções, cobranças e tentativas de controle da identidade. Quando a imagem de uma mulher famosa muda, não é apenas a sua aparência que está sendo julgada: são os contornos simbólicos da feminilidade que entram em disputa.

O emagrecimento de Maiara, então, passa a ser interpretado publicamente como evidência de vitória pessoal, superação e adequação a um ideal de beleza normativo. Frases como “agora sim está linda”, “antes estava estranha” ou “finalmente se cuidou” reiteram essa lógica: a de que a mulher precisa moldar seu corpo para ser validada socialmente. Trata-se de uma performance simbólica, em que o corpo não apenas é olhado, mas é interpelado, no sentido althusseriano do termo: é chamado a ocupar um lugar específico dentro do imaginário social dominante. A linguagem age, como nos mostra Austin (1990), ao mesmo tempo em que visibiliza e normatiza.

A mídia digital, nesse processo, desempenha um papel ambíguo. Por um lado, promove a pluralização das vozes e das representações; por outro, intensifica os mecanismos de autovigilância e os imperativos estéticos. Como observa Hall (2000), a modernidade tardia é marcada por uma crise das identidades, em que o sujeito se

vê descentrado, fragmentado e pressionado por múltiplas exigências performáticas. O corpo, nesse cenário, funciona como uma tentativa de recomposição simbólica: modelá-lo, expô-lo e compará-lo torna-se um modo de buscar pertencimento, ainda que momentâneo.

Nesse universo, as redes sociais não apenas reproduzem padrões estéticos: elas os amplificam. A curadoria do corpo, feita por celebridades e também por usuárias comuns, cria uma gramática visual que orienta as práticas alimentares, as decisões sobre intervenções cirúrgicas e as formas de ser vista. Andrade e Bosi (2003) chamam atenção para o modo como essas pressões simbólicas podem se converter em comportamentos alimentares adoecidos. Os Transtornos do Comportamento Alimentar (TCA), como a anorexia e a bulimia, são frequentemente motivados por uma insatisfação crônica com o próprio corpo — sentimento alimentado pelas imagens midiáticas e pelos comentários aparentemente inofensivos, como os que foram analisados neste trabalho.

A internalização desses ideais de corpo, por sua vez, é fortalecida por uma crença perigosa: a de que “é só querer” para alcançar a imagem ideal. Esse imaginário meritocrático do emagrecimento, ignora as determinações genéticas, biológicas e sociais da forma corporal. A mulher que não consegue se enquadrar no padrão dominante passa a ser responsabilizada por isso, como se faltasse esforço, disciplina ou desejo de melhorar. A consequência é uma moralização do corpo, na qual o peso e a aparência passam a determinar o valor pessoal.

Portanto, pode-se dizer que em relação à proposta de análise, os comentários sobre o corpo de Maiara não podem ser lidos apenas como manifestações opinativas. Eles operam dentro de um sistema cultural mais amplo, onde o corpo da mulher é convertido em vitrine, símbolo e campo de batalha. As frases, enquanto atos de fala, agem sobre os corpos, afetando subjetividades, definindo papéis e moldando comportamentos. A gramática corporal das redes sociais, como vimos, não apenas comunica: ela performa. E é nesse gesto performativo que se inscrevem as violências simbólicas mais sutis — aquelas que doem, mas não gritam; que marcam, mas não deixam cicatriz visível.

As tecnologias digitais exercem hoje um papel central na forma como as relações sociais são organizadas e vividas. As redes sociais não funcionam apenas como ferramentas de comunicação, mas como espaços nos quais sentidos são produzidos, repetidos e legitimados. No que diz respeito ao corpo feminino, essas

plataformas ampliam a visibilidade e intensificam a observação constante, fazendo com que a aparência se torne um elemento decisivo para o reconhecimento social. O corpo da mulher passa a existir sob um olhar permanente, que avalia, compara e comenta.

Diferentemente de outros momentos históricos, a exposição corporal nas redes ocorre de maneira contínua e acelerada. As imagens circulam sem interrupção, alcançando públicos numerosos e heterogêneos, o que amplia o impacto dos comentários associados a elas. Cada fotografia publicada se insere em uma sequência interminável de comparações, nas quais o corpo feminino é confrontado com modelos idealizados que se apresentam como referência. Esse processo alimenta sentimentos de inadequação e reforça a vigilância sobre o próprio corpo.

Nesse cenário, os mecanismos de visibilidade das plataformas exercem influência direta sobre aquilo que ganha destaque. Corpos que se aproximam dos padrões de magreza, juventude e simetria costumam receber maior atenção, enquanto outros permanecem à margem ou são alvo de julgamentos depreciativos. Ainda que essa seleção não seja explicitamente declarada, ela produz efeitos concretos sobre a forma como as mulheres percebem a si mesmas e constroem sua autoestima.

A ideia de escolha individual, frequentemente associada às práticas corporais contemporâneas, também precisa ser problematizada. Embora as redes sociais reforcem a noção de autonomia, as decisões relacionadas ao corpo são atravessadas por expectativas sociais constantes. Dietas restritivas, procedimentos estéticos e rotinas intensas de exercícios aparecem, muitas vezes, como respostas à necessidade de adequação, e não como desejos plenamente livres. O corpo torna-se algo que precisa ser constantemente ajustado para não perder valor social.

A exposição nas redes também transforma a imagem em um elemento central da validação pessoal. Curtidas, comentários e compartilhamentos passam a funcionar como indicadores de aceitação, produzindo efeitos diretos sobre a forma como a mulher se sente em relação a si mesma. A ausência dessas respostas pode gerar frustração, insegurança e sensação de invisibilidade, reforçando a dependência do reconhecimento externo como critério de valor.

Além disso, as redes sociais contribuem para a naturalização de comentários sobre o corpo feminino. A proximidade criada pelo ambiente digital faz com que muitos se sintam autorizados a opinar sobre a aparência alheia, como se a exposição da

imagem implicasse consentimento automático para o julgamento. Frases que aparentam elogio — como “agora está linda” ou “emagreceu e ficou melhor” — carregam, implicitamente, a ideia de que antes havia algo inadequado, reforçando padrões normativos de beleza.

Quando se trata de figuras públicas, como a cantora Maiara, esse processo se intensifica. Seu corpo passa a ser observado como referência coletiva, e cada mudança física é interpretada como exemplo, alerta ou modelo a ser seguido. O emagrecimento deixa de ser uma vivência individual e passa a ser tratado como acontecimento público, mobilizando opiniões, expectativas e julgamentos. A artista torna-se alvo constante de observações que extrapolam sua trajetória pessoal e incidem sobre o que se espera de um corpo feminino visível.

As tecnologias, portanto, ampliam não apenas a exposição do corpo da mulher, mas também sua vulnerabilidade simbólica. A repetição contínua de imagens e comentários contribui para que os padrões sejam incorporados como critérios internos de avaliação. O olhar do outro passa a orientar a forma como a mulher se percebe, fazendo com que a vigilância externa seja, pouco a pouco, internalizada. Esse controle não se apresenta de maneira agressiva ou explícita, mas se manifesta por meio de comentários cotidianos que produzem efeitos profundos.

Por fim, este capítulo buscou mostrar que as tecnologias não apenas refletem valores sociais já existentes, mas participam ativamente da maneira como o corpo feminino é significado na atualidade. Ao ampliar a exposição, a comparação e o julgamento, as redes sociais reforçam normas que seguem limitando a experiência corporal das mulheres. Compreender esses efeitos é fundamental para analisar criticamente os comentários sobre o corpo feminino e seus impactos simbólicos.

#### 4 A CANTORA MAIARA: SUA TRAJETÓRIA

Maiara Carla Henrique Pereira nasceu em 31 de dezembro de 1987, no município de São José dos Quatro Marcos, localizado no interior do estado do Mato Grosso. Desde a infância, demonstrou inclinação para a música, participando de festivais de canto ainda aos cinco anos de idade. Ao lado da irmã gêmea, Maraisa, iniciou precocemente uma trajetória marcada por persistência e dedicação, que mais tarde resultaria em reconhecimento no cenário da música sertaneja brasileira (OBSERVATÓRIO DOS FAMOSOS, 2023)<sup>5</sup>.

**Figura 1:** Maiara e Maraisa cantando na infância



Fonte: site do gshow<sup>6</sup>

A infância e a juventude de Maiara foram atravessadas por constantes deslocamentos geográficos. Ao longo dos anos, a artista residiu em diferentes cidades, como Juruena, Rondonópolis, Governador Valadares e Belo Horizonte. Essas mudanças contribuíram para a ampliação de seu repertório cultural e para o desenvolvimento de uma sensibilidade artística plural, ao mesmo tempo em que fortaleceram sua relação afetiva com a música, presente de forma contínua em seu cotidiano (Letras.Mus.Br, 2023)<sup>7</sup>.

<sup>5</sup> COUNTRY, Movimento. **Biografia de Maiara e Maraisa: O amor das irmãs pela música**. 2023. Disponível em: <https://observatoriodosfamosos.com.br/colunas/movimento-country/biografia-de-maiara-e-maraisa-o-amor-das-irmas-pela-musica>. Acesso em: 01 dez. 2024.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://gshow.globo.com/programas/caldeirao-do-huck/noticia/maiara-and-maraisa-veja-fotos-ineditas-do-passado-das-cantoras.ghtml>. Acesso em 14 de maio de 2025.

<sup>7</sup> MARCELA, Rhânia. **Biografia: saiba tudo sobre a dupla Maiara e Maraisa**. 2019. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/blog/maiara-maraisa-biografia/>. Acesso em: 06 fev. 2025.

No âmbito da formação acadêmica, Maiara chegou a ingressar no curso de Direito, que cursava paralelamente às atividades musicais. No entanto, optou por abandoná-lo para dedicar-se integralmente à música, escolhendo uma formação superior na área. Essa decisão evidencia seu compromisso com sua identidade artística e com a consolidação de sua trajetória profissional, ainda nos primeiros anos da vida adulta (Show Sertanejo, 2023)<sup>8</sup>.

Em 2004, Maiara e Maraisa lançaram, sob o nome artístico “Gêmeas”, o álbum *Totalmente Livre*, que marcou o início da construção de uma carreira no sertanejo feminino. Ainda que esse primeiro trabalho não tenha alcançado projeção nacional imediata, ele foi fundamental para o amadurecimento artístico da dupla e para sua inserção no meio musical.

O reconhecimento em âmbito nacional ocorreu alguns anos depois, impulsionado pela divulgação de composições autorais, como *No Dia do Seu Casamento*, e pelo apoio de artistas consagrados do sertanejo universitário, especialmente a dupla Jorge & Mateus, reconhecida publicamente por Maiara e Maraisa como padrinhos musicais. A partir de 2015, com o lançamento de sucessos como *10%* e *Medo Bobo*, a dupla consolidou-se como um dos principais nomes do chamado “feminejo”, movimento que ampliou a visibilidade feminina em um gênero historicamente dominado por homens (Letras.Mus.Br, 2023).

**Figura 2:** Maiara & Maraisa - Medo Bobo (Ao Vivo em Goiânia)



Fonte: Canal do Youtube da dupla<sup>9</sup>

<sup>8</sup> SERTANEJO, Show. **Maiara e Maraisa**. s.d. Disponível em: <https://showsertanejo.com.br/cantores/maiara-e-maraisa/>. Acesso em: 20 fev. 2025.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/2CW04trIoYMbroZWDzPAjs>. Acesso em 16 de março de 2024.

A expressividade vocal de Maiara, aliada ao carisma no palco e à identificação do público com as letras interpretadas, contribuiu para sua projeção como uma das vozes mais representativas da nova geração de mulheres no sertanejo. A dupla, atualmente radicada em Goiânia (GO), tornou-se símbolo de resistência feminina e de reposicionamento da mulher nesse universo musical, ampliando sua presença tanto nas mídias tradicionais quanto nas plataformas digitais.

#### 4.1 MUDANÇA CORPORAL DA CANTORA

Nos últimos anos, a cantora Maiara passou por uma transformação corporal significativa, amplamente acompanhada pela mídia e por seus seguidores nas redes sociais. Durante parte de sua trajetória pública, a artista conviveu com o sobrepeso e, nesse período, foi alvo recorrente de comentários e críticas relacionadas à sua aparência física. Posteriormente, com o emagrecimento acentuado, passou a enfrentar novos julgamentos, o que evidencia as contradições do olhar social dirigido ao corpo feminino.

**Figura 3:** cantora Maiara antes da mudança corporal



Fonte: site Estadão<sup>10</sup>

A partir de 2023, Maiara iniciou um processo de reeducação alimentar e acompanhamento médico contínuo, que incluiu procedimentos como cirurgia bariátrica, colocação de balão intragástrico e mudanças nos hábitos de vida. Como

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.estadao.com.br/emails/gente/o-estresse-a-ansiedade-tudo-eu-descontava-na-comida-diz-maiara-da-dupla-com-maraissa/>. Acesso em 10 de fevereiro de 2025.

resultado, a cantora perdeu entre 40 e 50 quilos, conforme noticiado por diferentes veículos de comunicação (G1, 2024; CARAS, 2024)<sup>11</sup>.

Em declarações públicas, a artista fez questão de destacar o caráter gradual e responsável de sua mudança corporal, enfatizando que se trata de um processo de longo prazo, orientado por cuidados com a saúde. Em entrevista, afirmou: “Não foi da noite para o dia. Já tem mais de um ano que estou nesse processo. Agora que minha gordura entrou em um índice normal, estou em um processo de ganhar massa... Minha saúde está impecável” (DONNA, 2024, s/p)<sup>12</sup>.

Em outro momento, durante uma apresentação ao vivo, Maiara chamou atenção para a incoerência das críticas direcionadas ao seu corpo em diferentes fases: “Quando eu estava mais gordinha, não prestava também. Agora que emagreci, estou com 45 quilos, graças a Deus, bem alinhada... E, ainda assim, o povo inventa doenças que nem existem e que eu nem sei o nome” (Terra, 2024, s/p)<sup>13</sup>. A fala evidencia o caráter recorrente do julgamento social sobre o corpo feminino, independentemente de sua conformidade com padrões estéticos dominantes.

**Figura 4:** Maiara posando para foto no show em São Luís, Maranhão



Fonte: revista Quem<sup>14</sup>

<sup>11</sup> THAIS ALVES. G1. **Maiara rebate comentários após mostrar emagrecimento: 'Melhor físico'**. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2024/03/26/sertaneja-maiara-rebate-comentarios-apos-mostrar-processo-de-emagrecimento-melhor-fisico.ghtml>. Acesso em: 07 abr. 2025.

<sup>12</sup> DONNA. Gzh. **Maiara comenta processo de emagrecimento: "Estou no meu melhor físico"**. 2024. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/gente/noticia/2024/03/maiara-comenta-processo-de-emagrecimento-estou-no-meu-melhor-fisico-clu8hd6hv001601eu4xwa9p0l.html>. Acesso em: 20 abr. 2025.

<sup>13</sup> VALÉRIA ABREU. Terra. **Doente? Assessoria de Maiara quebra silêncio e se pronuncia após boatos**. 2024. Disponível em: <https://www.terra.com.br/diversao/gente/doente-assessoria-de-maiara-quebra-silencio-e-se-pronuncia-apos-boatos,a0070a688f9610a39f5be5d53095e5c519ws2g4w.html>. Acesso em: 15 fev. 2025.

<sup>14</sup> Disponível em: [https://www.instagram.com/p/DOE6wjTD3wc/?img\\_index=3](https://www.instagram.com/p/DOE6wjTD3wc/?img_index=3). Acesso em 10 de novembro de 2025.

Apesar da intensa curiosidade pública em torno de seu emagrecimento, Maiara recusou-se a apresentar uma “receita” para o processo, ressaltando o caráter pessoal e intransferível de sua trajetória. Conforme declarou: “Muitos me perguntam como eu emagreci, mas eu não vou passar a receita do meu emagrecimento” (O GLOBO, 2024, s/p)<sup>15</sup>. Essa postura pode ser interpretada como um posicionamento crítico frente à cultura da normatização corporal, que frequentemente exige das mulheres não apenas a adequação a padrões estéticos, mas também a exposição pública de suas escolhas íntimas.

A artista também deixou claro que seu objetivo não estava ligado à busca por um corpo excessivamente musculoso ou alinhado a modelos padronizados, mas a uma relação mais confortável com sua própria imagem corporal. Em suas palavras: “O meu ‘gostosa’ é estar assim, me sinto mais confortável com meu corpo assim. Se falar ‘vamos encher esse corpo de músculo’, não vou ficar feliz. Sou pequenininha... gosto assim, magrinha e com a massa em dia” (VEJA, 2024, s/p)<sup>16</sup>.

Nesse sentido, a transformação corporal de Maiara ultrapassa a dimensão estritamente estética e pode ser compreendida como um gesto de cuidado de si, associado a práticas de saúde integral e bem-estar emocional. A figura pública da cantora torna-se, assim, um caso emblemático dos embates simbólicos que atravessam o corpo feminino na contemporaneidade, situados entre a exposição midiática, o julgamento social constante e as tentativas de afirmação da autonomia e da individualidade.

#### 4.2 SOBRE SER MULHER: REFLEXÕES DE MAIARA EM ENTREVISTA

Em entrevista concedida ao canal Léo Dias TV<sup>17</sup>, disponível na plataforma YouTube, a cantora Maiara faz algumas reflexões relacionadas a sua vida. No trecho, a artista reflete sobre sua formação enquanto mulher, os padrões de gênero internalizados desde a infância e a forma como essas expectativas impactaram suas relações afetivas e sua percepção de si mesma na sociedade. Trata-se de um relato

<sup>15</sup> GLOBO, O. **Maiara se recusa a dar 'receita' para emagrecimento e explica motivo: 'Na hora de me criticar, todo mundo criticou'**. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/ela/noticia/2025/01/15/maiara-se-recusa-a-dar-receita-para-emagrecimento-e-explica-motivo-na-hora-de-me-criticar-todo-mundo-criticou.ghtml>. Acesso em: 20 fev. 2025.

<sup>16</sup> Valmir Moratelli. VEJA. **A estranheza dos fãs com emagrecimento da cantora Maiara**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/veja-gente/a-estranheza-dos-fas-com-emagrecimento-da-cantora-maiara/>. Acesso em 08 de fevereiro de 2025.

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BeGpNDKT3ug>. Acesso em 14 de novembro de 2025.

que evidencia a internalização de valores patriarcais, especialmente no que diz respeito à ideia de que a mulher deve se doar excessivamente, sustentar emocionalmente as relações e aceitar processos de deslegitimação de sua fala e de suas emoções. Conforme relata Maiara, ao refletir sobre sua trajetória e sua compreensão do que seria “ser mulher”:

Eu tinha um padrão de comportamento que estava diretamente ligado à forma como fui criada. Cresci em um ambiente no qual aprendi que a mulher precisava se doar muito. Em minha casa, meu pai trabalhava fora e minha mãe era uma mulher que se doava intensamente, o tempo todo. Durante muito tempo, associei esse modelo ao que eu acreditava ser o papel da mulher. Precisei aprender a quebrar alguns padrões que estavam enraizados na minha cabeça, pois eu entendia aquilo como ser mulher, quando, na verdade, eu estava assumindo papéis que não eram meus, como uma espécie de maternagem ou uma dependência emocional que se transformava quase em uma neurose.

Ao longo do tempo, fui observando esses padrões e percebendo que muitos deles não me pertenciam. Muitas ideias também são implantadas na nossa cabeça pelas pessoas. Já vivi situações em que parceiros diziam que eu era ciumenta, mesmo quando eu não era. A partir disso, eu passava a me questionar, como se aquilo fosse verdade. Esse é um padrão comum em relações marcadas pelo narcisismo: rotular a mulher como louca, exagerada ou emocionalmente desequilibrada. Muitas vezes, a mulher está apenas trabalhando, ocupada com sua própria vida, mas é descrita como alguém controladora ou obsessiva. Essas narrativas são lançadas publicamente e acabam sendo acreditadas. É muito fácil, socialmente, colocar a mulher no lugar da loucura, pois, no momento em que ela fala, sua palavra já é deslegitimada (MAIARA, 2023, entrevista concedida ao canal Léo Dias TV, YouTube).

A fala de Maiara dialoga diretamente com as discussões teóricas sobre o patriarcado e a construção social do corpo e da subjetividade feminina. O relato evidencia como os padrões de gênero são transmitidos de forma cotidiana, especialmente no interior da família, onde a figura materna aparece como referência de abnegação, cuidado excessivo e renúncia de si mesma. Conforme apontam Narvaz e Koller (2006), o patriarcado se sustenta justamente pela naturalização da subordinação feminina, fazendo com que a mulher internalize expectativas de doação, sacrifício e silêncio como características inerentes ao “ser mulher”.

**Figura 5:** Maiara & Maraisa dando entrevista



Fonte: LeoDias TV

Ao afirmar que precisou “quebrar padrões” associados à ideia de que a mulher deve se doar constantemente, a cantora explicita um processo de tomada de consciência que rompe com a lógica patriarcal tradicional. Essa lógica, historicamente, associou o corpo feminino à função de cuidado e manutenção das relações, responsabilizando a mulher pelo equilíbrio emocional do lar e dos vínculos afetivos. Tal responsabilidade recai não apenas sobre o corpo físico, mas também sobre o corpo emocional da mulher, que passa a ser explorado e exigido de forma contínua.

O relato também evidencia a naturalização da violência simbólica, conforme discutido por Soihet (2002). Assim, a desqualificação da fala feminina, a rotulação da mulher como “louca” ou “exagerada” e a inversão de responsabilidades são formas sutis, porém eficazes, de violência. Essas práticas operam no campo simbólico e psicológico, produzindo sofrimento e insegurança, ao mesmo tempo em que preservam a posição de poder masculina. Como observa Foucault (1979), o poder não atua apenas por meio da repressão direta, mas também pela produção de falas que moldam comportamentos e subjetividades.

Quando Maiara relata que parceiros projetavam nela comportamentos que não existiam, colocando-a publicamente no lugar da mulher ciumenta e descontrolada, observa-se a reprodução de um mecanismo histórico de silenciamento feminino. A mulher que fala, que questiona ou que não se encaixa nos papéis esperados é rapidamente deslegitimada. Essa estratégia reforça a ideia de que a palavra feminina é instável, emocional e pouco confiável, justificando sua exclusão dos espaços de decisão e de reconhecimento social.

Além disso, a fala evidencia como o sofrimento feminino é frequentemente normalizado. A doação excessiva, a culpa e a sobrecarga emocional são apresentadas como parte natural da experiência de ser mulher. Naomi Wolf (1992) argumenta que, mesmo em contextos contemporâneos, novas formas de controle continuam operando sobre o corpo e a subjetividade feminina, mantendo as mulheres presas a expectativas que limitam sua autonomia. Nesse sentido, o relato de Maiara ilustra como esses mecanismos não pertencem apenas ao passado, mas seguem presentes nas relações afetivas e sociais atuais.

Portanto, a fala da cantora não deve ser compreendida como um relato individual isolado, mas como expressão de um processo social mais amplo, no qual os valores patriarcais se inscrevem no corpo e na subjetividade das mulheres. Essa compreensão torna-se ainda mais evidente quando, na mesma entrevista, Maiara aborda diretamente sua relação com o próprio corpo, revelando como as marcas da opressão estética e moral permanecem mesmo após mudanças corporais e conquistas pessoais.

Na mesma entrevista concedida ao canal Léo Dias TV, a cantora relata que não consegue tomar banho com a luz acesa, hábito que se originou em um período em que estava com sobrepeso e não conseguia se olhar no espelho. Segundo ela, esse costume permanece até os dias atuais, funcionando como um gatilho relacionado à exposição do corpo nu. Ainda que atualmente afirme conseguir se olhar, a repetição do gesto evidencia como a experiência de rejeição corporal não se encerra com a mudança física, mas permanece inscrita na memória e na forma como o corpo é vivido.

Esse relato dialoga diretamente com as discussões teóricas sobre o corpo feminino como lugar de controle e violência simbólica. Conforme aponta Foucault (1979), o poder não age apenas por meio da repressão explícita, mas se infiltra nas práticas cotidianas, levando os sujeitos a regularem a si mesmos. No caso das mulheres, esse processo se intensifica a partir da vigilância constante sobre o corpo, que passa a ser avaliado, julgado e comparado a padrões normativos. O hábito de “apagar a luz” pode ser compreendido, nesse sentido, como uma forma de autocensura corporal, resultado da internalização desses mecanismos de controle.

A dificuldade relatada por Maiara em relação à exposição do corpo também se manifesta no campo da sexualidade. A cantora afirma que, em relações sexuais, evita deixar a luz acesa e permanece debaixo dos lençóis, evitando a visibilidade do

corpo nu. Essa experiência evidencia como o corpo feminino, historicamente associado à culpa e à vergonha, continua sendo vivido como algo que deve ser ocultado. Conforme discutido por Soihet (2002), a sexualidade da mulher foi construída sob a lógica da repressão, na qual o prazer feminino é secundarizado e a exposição do corpo é frequentemente associada à inadequação moral.

Naomi Wolf (1992) contribui para essa discussão ao afirmar que os padrões estéticos impostos às mulheres funcionam como instrumentos de manutenção das desigualdades de gênero. O corpo que não se ajusta a esses padrões torna-se alvo de estigmatização, produzindo sentimentos de insuficiência e rejeição. A fala de Maiara ilustra como essas falas/frases produzem efeitos duradouros, que não desaparecem com o emagrecimento ou com o reconhecimento social. O corpo continua sendo percebido a partir das marcas do julgamento anterior, revelando a profundidade do impacto desses padrões na constituição da autoestima feminina.

Além disso, o relato evidencia o papel central da linguagem nesse processo. As falas, os olhares e os comentários direcionados ao corpo da mulher não apenas descrevem, mas produzem sentidos sobre ele. Conforme afirmam Medina, Nascimento e Teixeira (1998), o corpo é atravessado por significados culturais que orientam a forma como o sujeito se percebe e se posiciona no mundo. Nesse contexto, as frases/falas que classificam, rotulam e desqualificam o corpo feminino atuam como forças modeladoras da experiência corporal, produzindo insegurança e silenciamento.

Assim, ao relatar que tomar banho com a luz apagada simboliza um apagamento que vai além do gesto físico, Maiara evidencia como o corpo da mulher se torna um espaço onde se acumulam as marcas da opressão patriarcal. O medo da exposição, a dificuldade de se ver e a necessidade de se esconder revelam como a linguagem social sobre o corpo feminino pode produzir efeitos profundos e persistentes. Nesse sentido, a experiência narrada pela cantora reforça as discussões teóricas apresentadas anteriormente, ao demonstrar que o controle do corpo da mulher não se limita a normas externas, mas se internaliza, moldando práticas, comportamentos e formas de existir.

Ao ampliar essa discussão, torna-se fundamental considerar que as experiências narradas por Maiara não se constituem apenas a partir de vivências individuais ou contemporâneas, mas estão inseridas em um processo histórico mais longo, marcado pela herança do patriarcado colonial. As formas de relação que as mulheres estabelecem com seus corpos no presente são atravessadas por valores,

normas e expectativas transmitidas ao longo de gerações, especialmente em contextos familiares nos quais a submissão feminina, o silêncio e a adequação a padrões morais rígidos foram naturalizados como virtudes.

Nesse sentido, o colonialismo desempenha papel central na consolidação dessas práticas. No Brasil, a organização social do período colonial instituiu um modelo no qual o corpo da mulher era rigidamente controlado, sobretudo no que diz respeito à reprodução, à sexualidade e à moralidade. As mulheres eram educadas para servir, obedecer e manter a honra familiar, sendo constantemente vigiadas e julgadas. Esse controle não se limitava às normas legais ou religiosas, mas era reproduzido no cotidiano, no interior das famílias, por meio de falas/frases e práticas que atravessaram gerações.

Assim, valores transmitidos por avós, bisavós e mães, especialmente em contextos marcados pela vida no interior e por estruturas familiares tradicionais, continuam a influenciar o comportamento das mulheres no presente. Mesmo diante dos avanços tecnológicos, da ampliação dos debates sobre direitos das mulheres e da maior visibilidade das pautas feministas, muitas dessas normas permanecem operando de forma silenciosa. O corpo feminino continua sendo um espaço de vigilância, no qual a mulher aprende, desde cedo, a se conter, a se esconder e a se adequar.

A fala de Maiara sobre tomar banho com a luz apagada pode ser compreendida, portanto, como expressão dessa herança histórica. O gesto de apagar a luz não se restringe a uma experiência individual de desconforto corporal, mas carrega o peso de uma longa tradição de controle e silenciamento do corpo feminino. Trata-se de um comportamento que revela como a vergonha do corpo, especialmente quando este não corresponde aos padrões esperados, é aprendida e incorporada ao longo do tempo.

Essa lógica também se manifesta na vivência da sexualidade. A dificuldade de se expor durante relações sexuais, o medo da visibilidade do corpo nu e a necessidade de se esconder sob os lençóis dialogam com uma moralidade construída historicamente, na qual o corpo da mulher deveria ser ocultado e disciplinado, conforme apontam Foucault e Guattari (1985). Conforme discutido anteriormente, o patriarcado colonial instituiu uma associação direta entre o corpo feminino, a culpa e a desonra, produzindo efeitos que atravessam séculos e continuam a se manifestar na contemporaneidade.

Mesmo no século XXI, quando as mulheres ocupam espaços públicos, profissionais e políticos antes inacessíveis, essas marcas persistem. O corpo da mulher segue sendo avaliado, comentado e comparado, especialmente a partir de padrões estéticos rígidos. Naomi Wolf (1992) demonstra que essas exigências funcionam como mecanismos de controle, mantendo as mulheres em permanente estado de vigilância sobre si mesmas. A experiência de Maiara evidencia como esses padrões não se dissolvem com a conquista de direitos formais, pois estão profundamente enraizados nas formas de socialização feminina.

Nesse contexto, a linguagem ocupa um lugar central. As palavras ditas sobre o corpo da mulher — desde a infância — produzem efeitos concretos sobre a forma como ela se percebe e se comporta. Expressões como “isso não é coisa de mulher”, “mulher tem que se dar ao respeito” ou “mulher tem que ter um corpo bonito” não são apenas opiniões ou comentários isolados. Conforme propõe Austin (1962), a linguagem é performativa, isto é, ao dizer algo, faz-se algo. As palavras não apenas descrevem a realidade, mas produzem ações, comportamentos e modos de existir.

Quando uma mulher cresce ouvindo que seu corpo precisa ser controlado, corrigido ou ocultado, essas falas reverberam em suas práticas cotidianas. O ato de apagar a luz, de esconder-se, de evitar o espelho ou a exposição do corpo pode ser compreendido como resultado direto desses atos de fala reiterados ao longo do tempo. A linguagem patriarcal, ao nomear, classificar e julgar o corpo feminino, contribui para a internalização da dominação, fazendo com que a própria mulher passe a regular e punir seu corpo.

Dessa forma, as experiências narradas por Maiara evidenciam como a herança colonial, as falas/frases familiares e sociais e a força performativa da linguagem se articulam na produção do sofrimento feminino contemporâneo. Mesmo em um contexto marcado por avanços legais e tecnológicos, o corpo da mulher permanece como lugar de disputa, controle e silenciamento, revelando a permanência histórica das estruturas patriarcais que atravessam o tempo e continuam a moldar a experiência feminina no século XXI.

## 5 TIPO DE PESQUISA E ABORDAGEM METODOLÓGICA

Este capítulo tem como objetivo apresentar os caminhos metodológicos que orientaram a presente pesquisa, cujo foco é investigar as representações simbólicas construídas em torno do corpo da cantora Maiara a partir da análise de comentários publicados na rede social Instagram. Parte-se do entendimento de que a linguagem não é neutra nem passiva porque esta atua socialmente, produz sentidos, afeta subjetividades e contribui para a manutenção ou contestação de normas. Nesse contexto, os comentários publicados em redes sociais ultrapassam a condição de opiniões individuais e passam a operar como formas de regulação simbólica dos corpos, influenciando a maneira como estes são percebidos, avaliados e julgados no espaço público digital.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e interpretativo, voltada à compreensão dos sentidos produzidos nos comentários e das ações realizadas por meio da linguagem. O interesse não está em quantificar ocorrências ou estabelecer generalizações estatísticas, mas em compreender como determinados modos de falar sobre o corpo feminino se organizam, se repetem e produzem efeitos. Conforme aponta Flick (2009), a pesquisa qualitativa é especialmente adequada para o estudo de fenômenos complexos, atravessados por dimensões simbólicas e subjetivas, como aqueles que emergem nas interações cotidianas em ambientes digitais.

Do ponto de vista teórico-metodológico, o trabalho articula dois referenciais centrais: a TAF, formulada por John Austin (1990), e os procedimentos da Análise de Conteúdo, conforme sistematizados por Laurence Bardin (2011). Essa articulação permite observar, de um lado, o que se faz ao falar — isto é, as ações realizadas por meio dos comentários — e, de outro, a organização simbólica dessas falas, a partir da identificação de regularidades, recorrências e tensões presentes no material analisado.

A TAF oferece subsídios para compreender que cada comentário direcionado ao corpo da cantora realiza uma ação social. Ao comentar sua aparência, o usuário não apenas descreve um corpo, mas avalia, julga, aconselha, ironiza, adverte ou legitima determinados padrões. Esses enunciados, ainda que muitas vezes formulados de maneira informal, produzem efeitos concretos e contribuem para a manutenção de expectativas sociais sobre o corpo feminino. A distinção proposta por Austin (1990) entre atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários orientou a

análise, permitindo observar o conteúdo das falas, as intenções que as atravessam e os efeitos que podem produzir no imaginário social.

Para a organização e sistematização do material empírico, adotou-se o método da Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2011). Esse método mostrou-se adequado por possibilitar uma análise rigorosa de material textual, sem perder de vista a interpretação qualitativa dos sentidos. A Análise de Conteúdo permite compreender não apenas o que é dito, mas também os valores, normas e expectativas que atravessam as falas, sempre considerando o contexto social em que são produzidas.

De acordo com Bardin (2011), a Análise de Conteúdo desenvolve-se em três etapas principais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Essas etapas foram seguidas ao longo da pesquisa e funcionaram como eixo organizador do processo analítico.

A pré-análise correspondeu ao momento inicial de aproximação com o corpus. Nessa etapa, realizou-se uma leitura flutuante dos comentários publicados no perfil público da cantora Maiara no Instagram, com o objetivo de identificar recorrências temáticas e padrões de avaliação relacionados ao corpo da artista. A escolha do Instagram justifica-se por se tratar de uma plataforma fortemente centrada na imagem e na exposição visual, na qual os corpos, especialmente os femininos, são constantemente observados, comentados e avaliados.

É importante destacar uma limitação empírica relevante da pesquisa, relacionada à própria plataforma. Não foi possível realizar a coleta de comentários em postagens mais antigas do perfil da cantora, uma vez que essas publicações foram excluídas pela própria artista. Embora os motivos dessa exclusão não sejam oficialmente declarados, é amplamente perceptível, a partir de entrevistas e de relatos públicos, que as críticas recorrentes e ofensivas dirigidas ao seu corpo contribuíram para essa decisão. Dessa forma, o corpus da pesquisa concentra-se em postagens mais recentes, datadas de aproximadamente dois a três anos, período posterior à mudança corporal da cantora.

Ainda que as postagens anteriores não estejam mais disponíveis, a ausência desse material não invalida a análise. Pelo contrário, o próprio apagamento das publicações pode ser compreendido como um indício da intensidade das violências simbólicas sofridas. A permanência das críticas, mesmo após a exclusão das postagens antigas, evidencia que os julgamentos sobre o corpo da cantora continuam a circular, ainda que em novos contextos. Assim, os comentários analisados permitem

compreender a continuidade dessas práticas de avaliação e controle do corpo feminino.

Na definição do corpus, foram selecionados apenas comentários que faziam referência direta ou indireta ao corpo da cantora, à sua aparência física, à sua magreza, ao peso, à saúde ou a comparações corporais. Comentários voltados exclusivamente à carreira musical, à vida profissional ou a outros aspectos desvinculados da aparência foram excluídos. Essa escolha metodológica está diretamente relacionada ao objetivo central da pesquisa, que é compreender como o corpo da mulher é falado, avaliado e regulado nas redes sociais, tendo a cantora Maiara como objeto empírico de análise.

A segunda etapa, denominada por Bardin (2011) de exploração do material, consistiu na codificação e categorização dos comentários. Nessa fase, os enunciados foram analisados de maneira minuciosa, buscando-se identificar unidades de sentido recorrentes. As categorias analíticas foram construídas a partir do próprio material, e não impostas previamente, respeitando a lógica emergente das falas. Entre as categorias identificadas, destacam-se: elogios condicionais, críticas à magreza, preocupações moralizadas com a saúde, sugestões estéticas, comparações corporais e manifestações de defesa ou acolhimento.

A categorização possibilitou agrupar comentários que, embora distintos em sua forma, compartilhavam uma mesma lógica de avaliação do corpo feminino. Esse procedimento permitiu evidenciar como determinados modos de falar se repetem e se reforçam, contribuindo para a naturalização de expectativas sociais sobre o corpo da mulher. O objetivo não foi reduzir a complexidade do material, mas torná-lo mais inteligível do ponto de vista analítico.

A terceira etapa correspondeu ao tratamento dos resultados e à interpretação dos dados. Nesse momento, as categorias construídas foram analisadas à luz do referencial teórico adotado. As reflexões de Foucault (1979) contribuíram para compreender os comentários como práticas de vigilância e normalização; Judith Butler (2018) auxiliou na análise dos processos de reconhecimento e apagamento simbólico; e Simone de Beauvoir (1980) permitiu situar historicamente a construção social do feminino como objeto de avaliação constante. Esses aportes ampliam a compreensão das falas analisadas, inserindo-as em um contexto mais amplo de regulação simbólica do corpo da mulher.

A articulação entre a TAF e a Análise de Conteúdo mostrou-se produtiva, pois permitiu analisar cada comentário como uma ação singular e, ao mesmo tempo, como parte de um conjunto mais amplo de modos de falar socialmente compartilhados. Essa combinação metodológica possibilitou compreender tanto os efeitos produzidos por comentários específicos quanto os padrões que atravessam o corpus.

Por fim, destaca-se que esta pesquisa não tem como objetivo julgar os autores dos comentários analisados. O interesse está em compreender os sentidos que circulam nas redes sociais e os efeitos que essas falas produzem sobre os corpos femininos expostos ao espaço público digital. Ao analisar os comentários direcionados ao corpo de Maiara, busca-se contribuir para uma reflexão crítica sobre o papel da linguagem nas redes sociais e sobre as formas persistentes de controle simbólico que incidem sobre o corpo da mulher.

## 5.1 ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS

**Comentário 1:** *“45 quilos é o peso de uma criança, gente, por Deus, alguém avisa”.*

Esse comentário, embora curto, concentra uma série de sentidos que ultrapassam a simples observação sobre o peso da cantora. No nível mais imediato da fala, há a menção a um dado específico — “45 quilos” — que é rapidamente associado ao peso de uma criança. Essa comparação, no entanto, não funciona apenas como informação. Ela carrega um tom de espanto e alerta, reforçado pelas expressões “por Deus” e “alguém avisa”, que indicam uma reação de reprovação disfarçada de preocupação.

Ao observar a intenção que atravessa o comentário, percebe-se que a fala atua como uma crítica ao corpo de Maiara, sugerindo que sua magreza ultrapassou um limite considerado aceitável. A escolha da comparação com uma criança não é casual: ela desloca simbolicamente a cantora de sua condição de mulher adulta e a coloca em um lugar de inadequação, fragilidade ou exagero. O comentário, assim, não apenas avalia o corpo, mas sinaliza que ele precisa ser corrigido, advertido ou contido.

Os efeitos produzidos por essa fala são particularmente relevantes. Como aponta Austin (1990), nem sempre é possível controlar o que uma fala provoca em quem a recebe. Nesse caso, o comentário pode gerar desconforto, constrangimento e insegurança, tanto para a cantora quanto para outras mulheres que acompanham a

publicação e se reconhecem em corpos magros ou em processos de emagrecimento. O efeito se amplia para além da figura pública, funcionando como um aviso coletivo sobre o que é considerado “demais” quando se trata do corpo feminino.

Esse tipo de comentário também contribui para a construção de um parâmetro implícito de normalidade corporal. Ao afirmar que determinado peso “é de criança”, estabelece-se uma fronteira simbólica entre o corpo considerado adequado e aquele visto como excessivo ou problemático. Mulheres que se afastam desse parâmetro passam a ocupar um lugar de suspeita, como se precisassem justificar suas escolhas corporais ou provar que estão bem.

Do ponto de vista desta pesquisa, interessa observar como falas como essa se repetem e se naturalizam. A partir da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), o comentário não é tratado como um caso isolado, mas como parte de um conjunto mais amplo de avaliações recorrentes sobre o corpo feminino. Essa repetição fortalece seus efeitos, fazendo com que a vigilância sobre o corpo da mulher pareça algo comum, aceitável e até necessário.

Essa lógica dialoga com as reflexões de Foucault (1979), ao mostrar que o controle dos corpos não se exerce apenas por instituições formais, mas também por meio de falas cotidianas, aparentemente simples, que induzem à autovigilância. Ao ler comentários como esse, muitas mulheres passam a monitorar seus próprios corpos, temendo ultrapassar limites que nem sempre são claros, mas que são constantemente reafirmados pelo olhar do outro.

Além disso, o comentário evidencia aquilo que Butler (2018) discute sobre a instabilidade do corpo feminino na esfera social. Mesmo quando a mulher se aproxima de um ideal valorizado — como a magreza —, ela continua sujeita a novas formas de questionamento. O corpo nunca está “certo”: se antes era criticado por excesso de peso, agora passa a ser criticado por falta. O efeito disso é a manutenção de uma insegurança permanente, que impede a mulher de se sentir plenamente aceita em qualquer forma corporal.

Dessa maneira, o comentário analisado mostra como falas aparentemente banais produzem efeitos concretos. Ao se apresentar como cuidado ou alerta, a crítica ganha legitimidade e circula com facilidade, reforçando padrões e limites impostos ao corpo feminino. Trata-se de uma fala que não apenas comenta, mas age: julga, enquadra e contribui para a manutenção de normas que seguem regulando a

experiência corporal das mulheres, especialmente no espaço público das redes sociais.

**Comentário 2:** *“Essa é quem mesmo? Nem em pensamento lembra Maiara. As pessoas estão sumindo e virando apenas personagens”.*

O comentário inicia-se com uma pergunta retórica — “Essa é quem mesmo?” — que já instaura um efeito imediato de estranhamento e negação. No plano mais literal da fala, o enunciador afirma não reconhecer Maiara em sua aparência atual, sugerindo que a mudança corporal foi tão intensa que rompeu com a imagem previamente associada à cantora. A sequência “nem em pensamento lembra Maiara” reforça essa ruptura, intensificando a ideia de apagamento identitário.

A intenção que atravessa o comentário vai além da simples observação estética. Ao afirmar que a artista “não lembra” mais a si mesma, o falante invalida simbolicamente sua identidade, como se a transformação corporal tivesse comprometido aquilo que a tornava reconhecível e legítima aos olhos do público. A última frase — “as pessoas estão sumindo e virando apenas personagens” — amplia essa crítica ao sugerir que a mudança estética resulta em perda de autenticidade, convertendo o sujeito em uma espécie de figura artificial, construída para agradar expectativas externas.

Os efeitos produzidos por essa fala são particularmente sensíveis. Ao colocar em dúvida quem Maiara “é”, o comentário desloca a crítica do corpo para a subjetividade, atingindo diretamente a noção de identidade. Trata-se de um efeito perlocucionário que pode gerar sentimentos de exclusão, despersonalização e ruptura com a própria história. Não se critica apenas a aparência, mas o direito da artista de continuar sendo reconhecida como ela mesma após uma mudança corporal.

Esse tipo de comentário também produz efeitos mais amplos sobre quem lê. Ao sugerir que a transformação do corpo implica o “desaparecimento” da pessoa, a fala reforça a ideia de que a mulher deve manter uma coerência estética ao longo do tempo para preservar sua legitimidade social. Mulheres que mudam, emagrecem ou transformam seus corpos passam a correr o risco de serem vistas como falsas, artificiais ou irreconhecíveis. O corpo, assim, deixa de ser compreendido como algo mutável e passa a funcionar como marcador fixo de identidade.

Essa lógica dialoga diretamente com as reflexões de Simone de Beauvoir (1980), para quem a mulher é historicamente construída a partir do olhar do outro.

Sua identidade não é plenamente reconhecida como autônoma, mas depende da validação externa. Quando a mulher se afasta da imagem que lhe foi atribuída — neste caso, a imagem corporal que o público reconhecia como “Maiara” —, sua legitimidade é colocada em xeque. O comentário revela, portanto, como o corpo feminino funciona como suporte central da identidade social atribuída à mulher.

Há ainda um efeito simbólico importante na expressão “virando apenas personagens”. Ao recorrer a essa formulação, o comentário desumaniza a artista, reduzindo-a a uma figura performática, sem interioridade ou história própria. O corpo transformado passa a ser lido como artifício, como se toda mudança fosse necessariamente resultado de encenação ou submissão a padrões externos. Essa leitura ignora a possibilidade de escolha, desejo ou cuidado de si, reforçando a ideia de que a mulher pública não é dona do próprio corpo, mas pertence ao imaginário coletivo.

Sob a perspectiva da performatividade discutida por Butler (2018), esse comentário evidencia a dificuldade social em lidar com a instabilidade do corpo e da identidade. A mulher é convocada a repetir certos traços corporais para ser reconhecida como “autêntica”. Quando essa repetição falha, surge o estranhamento, seguido da tentativa de correção simbólica. O efeito perlocucionário, nesse caso, é a reafirmação de que a mulher deve permanecer dentro de uma moldura corporal previsível para continuar existindo socialmente de forma legítima.

Do ponto de vista metodológico, a recorrência desse tipo de fala no corpus permite observar como a identidade feminina é frequentemente condicionada à aparência. A partir da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), esse comentário se insere em uma categoria mais ampla de falas que associam mudança corporal à perda de essência, revelando um padrão simbólico de resistência à transformação do corpo da mulher. Esses enunciados operam como formas de controle, ao estabelecer que mudar demais implica deixar de ser quem se é.

Assim, o comentário analisado não apenas expressa estranhamento, mas produz um efeito de apagamento simbólico. Ao afirmar que Maiara “sumiu” e “virou personagem”, a fala age sobre sua identidade, questionando sua continuidade como sujeito reconhecível. Trata-se de mais um exemplo de como os comentários nas redes sociais funcionam como atos de fala que regulam, julgam e delimitam as possibilidades de existência do corpo feminino, especialmente quando ele se transforma e escapa às expectativas previamente estabelecidas.

**Comentário 3:** *“Maiara tá sumindo aos poucos. Meu Deus, a mulher se acabou”.*

O comentário constrói-se a partir de uma percepção visual que é imediatamente transformada em julgamento. No plano mais literal da fala, o enunciador afirma que a cantora estaria “sumindo aos poucos”, expressão que sugere um desaparecimento gradual do corpo. Trata-se de uma escolha lexical significativa, pois não se fala apenas em emagrecimento, mas em apagamento, como se a redução corporal implicasse a diminuição da própria presença da artista no espaço público.

A intenção que atravessa essa fala torna-se ainda mais evidente na sequência “a mulher se acabou”. Aqui, a mudança corporal deixa de ser descrita como um processo e passa a ser avaliada como fracasso, decadência ou autodestruição. O verbo “acabar” carrega uma carga semântica extrema, associada à perda, à ruína e ao fim de algo que antes possuía valor. Assim, o comentário opera uma condenação simbólica da transformação corporal, apresentando-a não como escolha ou cuidado de si, mas como erro irreversível.

Os efeitos produzidos por esse enunciado são profundos e multifacetados. Do ponto de vista perlocucionário, a fala pode provocar sentimentos de culpa, inadequação e vergonha, tanto na própria artista quanto em outras mulheres que leem o comentário e compartilham características corporais semelhantes. Ao sugerir que o emagrecimento excessivo leva ao “fim” da mulher, o comentário contribui para a internalização da ideia de que há um limite rígido e socialmente imposto para a transformação do corpo feminino — ultrapassá-lo significa perder valor, visibilidade e legitimidade.

Além disso, o comentário pode produzir um efeito de distanciamento simbólico. Ao declarar que Maiara “se acabou”, o enunciador rompe com qualquer possibilidade de empatia e posiciona a artista como alguém que falhou em administrar corretamente o próprio corpo. Esse gesto linguístico funciona como um aviso implícito: há consequências sociais para quem não se mantém dentro dos parâmetros considerados aceitáveis. O corpo feminino, nesse sentido, é constantemente lembrado de que deve se equilibrar em um espaço estreito, onde tanto o excesso quanto a falta são passíveis de reprovação.

Essa forma de julgamento encontra respaldo no que Bourdieu (1990) define como violência simbólica. O comentário não se apresenta como ataque direto, mas como constatação quase espontânea, revestida de uma aparente naturalidade. No

entanto, ao afirmar que a mulher “se acabou”, a fala impõe um valor estético e moral específico, naturalizando a ideia de que determinados corpos merecem reconhecimento, enquanto outros devem ser lamentados ou descartados. A força dessa violência reside justamente em sua sutileza: ela opera sem necessidade de agressão explícita, mas produz efeitos igualmente contundentes.

Sob a perspectiva da TAF, conforme formulada por Austin (1990), esse enunciado não apenas descreve uma mudança corporal, mas age sobre ela. Ao ser proferida, a frase contribui para reforçar limites simbólicos sobre o que é considerado um corpo feminino “funcional”, “saudável” ou “aceitável”. Trata-se de uma fala que regula, corrige e sanciona, mesmo sem recorrer a comandos diretos. O efeito não está apenas no conteúdo da frase, mas no impacto que ela produz no campo social em que circula.

Há, ainda, uma contradição reveladora nesse tipo de comentário. Historicamente, o corpo feminino foi pressionado a emagrecer, a reduzir-se, a ocupar menos espaço. No entanto, quando essa redução ocorre de forma visível e radical, ela também passa a ser alvo de reprovação. O comentário evidencia, portanto, um paradoxo central na experiência feminina contemporânea: não existe uma forma corporal plenamente aceita. A mulher é constantemente avaliada e corrigida, independentemente do lugar que ocupe nesse espectro.

Do ponto de vista metodológico, a recorrência de expressões como “sumindo” e “se acabou” no corpus analisado permite identificar uma categoria de falas que associam magreza extrema à perda de valor simbólico. A partir da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), esse comentário insere-se em um conjunto de enunciados que transformam a mudança corporal em narrativa de decadência, reforçando a ideia de que o corpo feminino deve permanecer dentro de limites socialmente controlados.

Assim, o comentário analisado atua como um mecanismo de regulação simbólica que ultrapassa a figura de Maiara. Ele comunica, de forma implícita, que a mulher que modifica seu corpo em excesso corre o risco de “desaparecer” socialmente. Trata-se de uma fala que não apenas julga, mas produz efeitos duradouros, reafirmando a lógica segundo a qual o corpo feminino é um campo permanente de vigilância, correção e punição simbólica.

**Comentário 4:** *“O problema não é estar magra. O cabelo que não está dando certo para o tipo de corpo está pesando na imagem”.*

À primeira leitura, o comentário parece deslocar a crítica do corpo para um elemento secundário da aparência — o cabelo. No plano locucionário, o enunciador afirma que a magreza, em si, não seria o “problema”, atribuindo a inadequação visual à escolha estética do penteado, que “não estaria dando certo” para o novo corpo. Essa construção inicial sugere uma tentativa de suavizar o julgamento, como se o corpo estivesse momentaneamente isento de reprovação.

No entanto, ao observar a intenção que sustenta a fala, percebe-se que a crítica não é anulada, apenas reorganizada. O comentário estabelece uma hierarquia estética: o corpo magro passa a exigir uma série de ajustes complementares para que a imagem seja considerada aceitável. O cabelo, nesse contexto, surge como elemento que deve “compensar” ou “equilibrar” a magreza, reforçando a ideia de que o corpo feminino precisa funcionar como um conjunto harmonioso, no qual nenhum detalhe pode escapar ao controle do olhar social.

Os efeitos produzidos por esse tipo de fala são sutis, mas persistentes. Do ponto de vista perlocucionário, o comentário contribui para a manutenção de uma vigilância estética contínua, na qual a mulher é convocada a monitorar não apenas o próprio corpo, mas cada elemento que compõe sua aparência. Mesmo quando o corpo atinge um padrão socialmente valorizado — a magreza —, novas exigências emergem, deslocando o foco da crítica para outros aspectos visuais. O efeito é a impossibilidade de satisfação plena: sempre haverá algo a ser corrigido.

Esse tipo de comentário também produz efeitos sobre outras mulheres que acompanham a interação. Ao sugerir que existe um “tipo de cabelo certo” para um “tipo de corpo”, a fala naturaliza uma lógica classificatória que associa aparência física a combinações consideradas adequadas ou inadequadas. O corpo feminino, assim, deixa de ser entendido como espaço de expressão individual e passa a ser tratado como projeto estético que deve obedecer a regras implícitas de coerência visual.

Sob a perspectiva metodológica da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), esse comentário exemplifica uma categoria de falas que operam por meio da crítica aparentemente técnica ou construtiva. Bardin chama atenção para o fato de que enunciados desse tipo, embora não assumam um tom agressivo, são atravessados por valores normativos e funcionam como instrumentos eficazes de regulação social. A ausência de insulto explícito não elimina o efeito disciplinador da fala; ao contrário, tende a torná-lo mais aceitável e, portanto, mais difícil de ser contestado.

A partir das reflexões de Judith Butler (2018), é possível compreender esse comentário como parte de um regime de inteligibilidade que exige coerência performativa. O corpo feminino não é apenas avaliado isoladamente, mas em relação à sua capacidade de sustentar uma imagem considerada “bem resolvida”. Quando algum elemento foge a essa expectativa — no caso, o cabelo —, o corpo passa a ser percebido como falho, incompleto ou mal executado. Trata-se de uma lógica que transforma escolhas estéticas em critérios de validação social.

Do ponto de vista dos atos de fala, conforme Austin (1990), o comentário não apenas descreve uma inadequação estética, mas realiza uma ação normativa. Ao indicar o que “não está dando certo”, a fala orienta, ainda que implicitamente, como o corpo deveria ser apresentado para atender às expectativas do público. O efeito não está apenas na sugestão estética, mas no reforço de uma relação assimétrica, em que o observador se coloca na posição de avaliador autorizado da imagem feminina.

Esse tipo de comentário evidencia uma forma sofisticada de controle simbólico, na qual a crítica se apresenta como aconselhamento. A mulher não é atacada frontalmente, mas convidada a se ajustar, a melhorar, a alinhar-se. O resultado é a manutenção de um estado permanente de autovigilância, em que o corpo feminino nunca é suficiente por si só, precisando ser constantemente corrigido, ajustado e legitimado pelo olhar externo.

Assim, o comentário analisado revela como a regulação do corpo feminino nas redes sociais não se limita a julgamentos diretos sobre peso ou forma física. Ela se estende a detalhes aparentemente secundários, como cabelo, roupa e estilo, compondo uma rede de exigências que mantém o corpo da mulher sob avaliação constante. Trata-se de uma fala que, ao se apresentar como observação estética neutra, reforça padrões normativos e contribui para a reprodução de expectativas rígidas sobre como um corpo feminino deve aparecer e se sustentar no espaço público.

#### **Comentário 5: “Cruzes, tá que é pena e bico”.**

Apesar de sua brevidade, o comentário condensa uma carga simbólica intensa. No plano mais imediato da fala, a interjeição “Cruzes” inaugura o enunciado com uma reação de choque ou repulsa, funcionando como marcador afetivo negativo. A expressão popular “tá que é pena e bico” reforça essa reação ao recorrer a uma metáfora corporal que associa a magreza extrema à fragilidade excessiva e à perda

de formas. A imagem evocada sugere um corpo leve demais, quase instável, afastando-se do que socialmente se reconhece como um corpo feminino “adequado”.

A intenção que atravessa essa fala é menos descritiva e mais avaliativa. Trata-se de um comentário que não busca dialogar ou argumentar, mas produzir impacto. Ao recorrer à ironia e ao exagero metafórico, o enunciador sinaliza que a cantora teria ultrapassado um limite corporal aceitável. Mesmo sem nomear diretamente a crítica, o julgamento se constrói de forma clara: a magreza não é apenas observada, mas ridicularizada. A informalidade da linguagem não suaviza o efeito; ao contrário, confere à fala um caráter de naturalidade que tende a legitimar o julgamento como algo espontâneo e socialmente compartilhável.

Os efeitos produzidos por esse tipo de comentário são significativos. No plano perlocucionário, a frase contribui para reforçar o estigma da magreza excessiva, apresentando-a como algo risível ou desconfortável de se ver. O corpo feminino, nesse caso, torna-se objeto de escárnio simbólico, reduzido a uma imagem caricatural. Esse tipo de efeito não se limita à figura pública que recebe o comentário, mas alcança também outras mulheres que leem a fala e passam a reconhecer na magreza um novo motivo de inadequação e vergonha.

Há, ainda, um efeito contraditório que merece destaque. A mesma sociedade que pressiona as mulheres a emagrecer também pune aquelas que emagrecem “demais”. O comentário evidencia essa armadilha simbólica: não há ponto de chegada seguro. O corpo feminino está sempre em risco de ser considerado excessivo — seja por demais volumoso, seja por excessivamente magro. Como observa Butler (2018), as normas que regulam o corpo e a aparência são instáveis e constantemente reatualizadas, produzindo sujeitos permanentemente vulneráveis à reprovação.

Sob a perspectiva foucaultiana, esse comentário pode ser compreendido como uma manifestação da microfísica do poder (Foucault, 1979). Não se trata de uma sanção institucional ou formal, mas de uma correção cotidiana, exercida por meio da linguagem comum. A fala age como um pequeno gesto de controle, que observa, avalia e reprova, reafirmando limites corporais aceitáveis. O riso implícito, a ironia e o tom de espanto funcionam como mecanismos eficazes de normatização, justamente por não se apresentarem como violência explícita.

Do ponto de vista dos atos de fala, conforme Austin (1990), o comentário não apenas expressa uma opinião pessoal, mas realiza uma ação social. Ao ser proferido, ele contribui para a circulação de sentidos que associam magreza extrema à perda de

feminilidade e de valor estético. O efeito da fala não está apenas em quem a emite, mas na rede de interpretações que ela aciona e nos julgamentos que ajuda a sustentar no espaço público.

Metodologicamente, a recorrência de comentários curtos, irônicos e metafóricos no corpus revela uma categoria específica de falas que operam pela ridicularização do corpo feminino. A partir da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), esse tipo de enunciado mostra como julgamentos estéticos podem ser condensados em poucas palavras, sem necessidade de argumentação elaborada. A força simbólica está justamente na economia da linguagem, que naturaliza a crítica e a torna facilmente replicável.

Assim, o comentário analisado evidencia que, mesmo em sua forma mais breve, a linguagem pode produzir efeitos profundos. Ao transformar o corpo de Maiara em imagem de fragilidade excessiva e objeto de ironia, a fala reafirma a lógica segundo a qual o corpo feminino permanece sob vigilância constante. Trata-se de um enunciado que, ao parecer simples e informal, contribui para a manutenção de padrões estéticos rígidos e para a reprodução de julgamentos que atravessam não apenas a figura pública analisada, mas a experiência feminina de forma mais ampla.

**Comentário 6:** *“Que gosto tem ver uma foto de um artista que não é mais ele mesmo?”*

No plano locucionário, a frase se apresenta como uma pergunta retórica que expressa frustração com a mudança da cantora. A negação da identidade da artista — “não é mais ele mesmo” — carrega peso simbólico, desconsiderando o direito da pessoa à transformação. O ato ilocucionário revela um incômodo com a quebra da expectativa visual e identitária. O “gosto” a que se refere o comentário está ancorado em uma ideia de autenticidade visual congelada no tempo: a artista deveria manter a aparência pela qual foi conhecida, como se a imagem devesse ser preservada em nome do reconhecimento público.

O efeito perlocucionário desse tipo de fala é o apagamento da subjetividade da mulher. Implica que o valor da artista depende de sua aderência a uma imagem estática idealizada pelo público. Conforme Beauvoir (1980), esse processo é típico da forma como a mulher é objetificada socialmente: ela existe como representação do desejo alheio, e não como sujeito de si. A mudança corporal passa a ser lida como traição da identidade. A fala também revela um processo relacional assimétrico entre

o público e a figura pública: ao invés de celebração da autonomia da artista, há uma exigência de constância, que remete à ideia de que o corpo feminino deve permanecer disponível para o olhar do outro. Bardin (2011) destacaria, nesse tipo de enunciado, a repetição de estruturas simbólicas que regulam não apenas a forma do corpo, mas sua permanência como signo fixo de desejo, sucesso e pertencimento.

**Comentário 7:** *“Canta muito, mas cantava mais quando era viva.”*

O comentário acima, apesar de sua brevidade, produz um efeito profundo de desqualificação da cantora enquanto sujeito no presente. A formulação sugere que, embora ela ainda possua talento, seu valor teria pertencido a um tempo passado, como se sua existência atual estivesse esvaziada de legitimidade. A escolha da palavra “viva” não é neutra: ao evocar a ideia de morte simbólica, o comentário estabelece uma fronteira entre um passado considerado aceitável e um presente que passa a ser tratado como perda, decadência ou falha.

Essa forma de avaliação ultrapassa a crítica musical e atinge diretamente a condição da mulher que ocupa o espaço público. Ao insinuar que ela “já não está viva”, o comentário não apenas diminui sua trajetória atual, mas sugere que sua presença perdeu sentido. Trata-se de um gesto que retira reconhecimento e que reafirma a lógica segundo a qual mulheres são constantemente comparadas a versões anteriores de si mesmas, quase sempre associadas à juventude, à magreza ou à adequação a um ideal específico de feminilidade.

As reflexões de Foucault (1979) ajudam a compreender como esse tipo de fala opera como mecanismo de controle social. O poder se manifesta, muitas vezes, de forma sutil, por meio de avaliações que classificam e hierarquizam os sujeitos. No caso das mulheres, essas avaliações recaem com frequência sobre o corpo e sobre a permanência em determinados lugares sociais. Ao afirmar que a cantora era “mais” em outro momento, o comentário atua como forma de punição simbólica por ela já não corresponder plenamente às expectativas impostas.

Judith Butler contribui para aprofundar essa análise ao tratar das condições que tornam uma vida reconhecida como válida. Para a autora, o reconhecimento não é garantido; ele depende de normas que definem quais existências são consideradas legítimas (Butler, 2018). Quando uma mulher deixa de atender a essas normas, sua presença passa a ser questionada. No comentário analisado, a cantora é deslocada

para fora desse campo de reconhecimento, como se sua existência atual não merecesse atenção ou valor.

Esse tipo de apagamento não ocorre de maneira isolada, mas se insere em um contexto mais amplo de vigilância sobre o corpo feminino. Mulheres públicas são frequentemente avaliadas não apenas por seu trabalho, mas por sua aparência, seu envelhecimento e suas transformações corporais. Naomi Wolf (1992) demonstra que a valorização feminina permanece condicionada a padrões estéticos rígidos, que funcionam como critérios de aceitação social. Quando esses critérios deixam de ser cumpridos, o reconhecimento é retirado.

A ideia de que a cantora “cantava mais quando era viva” expressa, portanto, uma recusa em aceitar a continuidade da mulher no presente. O passado passa a ser o único tempo legítimo, enquanto o agora é desautorizado. Esse movimento revela uma dificuldade social em lidar com mulheres que permanecem visíveis mesmo após romperem com imagens idealizadas. A permanência feminina no espaço público, nesse sentido, parece sempre provisória e condicionada.

É importante destacar que esse tipo de comentário não afeta apenas a artista a quem se dirige, mas reforça um padrão coletivo que incide sobre muitas mulheres. Ao naturalizar esse tipo de fala, constrói-se um ambiente no qual o apagamento simbólico se torna aceitável. A linguagem, aqui, não apenas expressa uma opinião, mas atua concretamente na produção de exclusões e hierarquias, moldando formas de reconhecimento e pertencimento.

Assim, o comentário analisado não pode ser compreendido como uma simples provocação ou crítica isolada. Ele materializa uma lógica social que insiste em negar às mulheres o direito de existir plenamente fora dos limites impostos. Ao retirar valor da existência presente da cantora, reafirma-se uma estrutura que controla, julga e silencia corpos femininos que não se conformam às expectativas, evidenciando como essas práticas continuam operando de forma intensa no século XXI.

**Comentário 8:** *“Deixa a mulher vestir o que quer, estar com o corpo do jeito que se sente bem. Já ouviram falar em saúde mental?”*

Diferentemente dos comentários anteriores, este enunciado rompe com a lógica predominante de julgamento e controle do corpo feminino. No plano locucionário, o comentário apresenta uma defesa direta da autonomia da cantora,

afirmando seu direito de vestir-se como desejar e de manter um corpo compatível com seu próprio bem-estar. A segunda parte da frase, formulada como pergunta retórica — “Já ouviram falar em saúde mental?” — introduz um deslocamento importante, ao trazer para o centro da discussão uma dimensão frequentemente silenciada nos debates sobre aparência: o impacto emocional e psicológico da exposição constante ao olhar público.

A intenção que sustenta essa fala não é apenas defender Maiara individualmente, mas questionar o próprio comportamento coletivo que se manifesta nos comentários anteriores. Trata-se de um ato que interpela os demais usuários, convidando-os a refletir sobre os limites éticos do julgamento estético e sobre as consequências subjetivas dessas falas. O comentário, assim, não se limita a expressar uma opinião pessoal, mas assume uma postura crítica em relação à cultura da vigilância corporal, denunciando seus excessos.

No que diz respeito aos efeitos produzidos, o comentário atua como um contra gesto simbólico dentro do espaço discursivo analisado. Do ponto de vista perlocucionário, a fala busca produzir empatia, frear a cadeia de ataques e provocar uma mudança de postura nos interlocutores. Ao evocar a saúde mental, o enunciado amplia o horizonte da discussão, deslocando o foco do corpo visível para o sujeito que sente, sofre e reage às violências simbólicas. Esse efeito é particularmente relevante em ambientes digitais, nos quais a rapidez e a impessoalidade das interações tendem a minimizar a percepção das consequências emocionais das falas.

Sob a perspectiva da TAF, conforme formulada por Austin (1990), trata-se de um enunciado que realiza uma ação clara: ele adverte, convoca e interpela. Ao dizer “deixa a mulher”, o falante não apenas expressa concordância com a autonomia da cantora, mas tenta interromper uma prática social de julgamento. É um ato que busca regular o comportamento alheio, não no sentido de impor um padrão estético, mas de estabelecer um limite ético para a intervenção sobre o corpo do outro.

Esse comentário também pode ser lido como um gesto de resistência simbólica. Em um espaço marcado pela repetição de falas normativas e punitivas, a defesa da autonomia corporal e da saúde mental funciona como fissura no consenso implícito que legitima o controle do corpo feminino. Conforme aponta Butler (2018), questionar as normas que regulam os corpos é um passo fundamental para ampliar as possibilidades de existência e de reconhecimento. Ao reivindicar o direito de “estar

com o corpo do jeito que se sente bem”, o comentário afirma a legitimidade da experiência subjetiva frente às exigências externas.

Do ponto de vista metodológico, a presença desse tipo de enunciado no corpus analisado é significativa. A partir da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), ele pode ser compreendido como parte de uma categoria de falas dissonantes, que não reforçam o padrão dominante de julgamento, mas o tensionam. Essas manifestações, embora minoritárias, revelam que o espaço das redes sociais não é homogêneo e que, mesmo em contextos marcados pela vigilância estética, há tentativas de deslocamento e contestação.

Além disso, a menção explícita à saúde mental introduz uma dimensão contemporânea central para a análise. A exposição contínua de figuras públicas, especialmente mulheres, a avaliações constantes sobre seus corpos tem sido associada a impactos emocionais significativos, como ansiedade, sofrimento psíquico e adoecimento. Ao trazer essa questão para o debate, o comentário rompe com a naturalização da crítica estética e recoloca a mulher como sujeito de direitos, e não apenas como imagem disponível ao consumo visual.

Assim, o comentário analisado não apenas defende Maiara, mas questiona a lógica que sustenta a maioria das falas dirigidas ao seu corpo. Esta fala atua como um gesto ético que busca interromper a violência simbólica e recolocar a discussão em outro patamar, no qual o corpo feminino não é tratado como objeto de avaliação permanente, mas como espaço de experiência, escolha e cuidado. Trata-se de um enunciado que evidencia que, mesmo em meio à normatização intensa, existem brechas discursivas capazes de produzir outros sentidos e outras formas de relação com o corpo da mulher.

**Comentário 9 (longo):** *“É incrível como as pessoas perderam a noção. Deixa a mulher vestir o que quer, estar com o corpo do jeito que se sente bem. Já ouviram falar em saúde mental? Muitas pessoas públicas têm problemas seríssimos por conta da falta de bom senso. Você não gostou? Arrasta o dedinho pra cima e vai pro próximo post. Gostou? Tem algo construtivo? Aí pode colocar o dedinho pra digitar. Muitos dos que criticam queriam estar no lugar dela, ou até como público do cruzeiro, mas por alguma questão não está lá. Seja no palco ou na plateia. Sejam empáticos e deixem as pessoas serem quem querem ser. E se cada um cuidar da sua vidinha, que*

*ninguém tem vida perfeita, teremos uma população menos adoecida. Sim, a mania de criticar indiscriminadamente também é doença.”*

Este comentário se distingue dos demais tanto pela extensão quanto pela complexidade argumentativa que apresenta. No plano locucionário, observa-se uma defesa explícita da liberdade individual da cantora em relação ao corpo, à forma de vestir e à maneira como deseja se apresentar publicamente. O enunciado também inclui orientações diretas aos demais usuários da rede, sugerindo comportamentos alternativos ao julgamento — como ignorar o conteúdo que não agrada ou comentar apenas quando houver algo “construtivo” a acrescentar. A linguagem adotada é coloquial e próxima do cotidiano digital, o que reforça a inserção da fala no contexto específico das redes sociais.

A intenção que sustenta o comentário é claramente interventiva. Trata-se de uma fala que não apenas defende Maiara, mas confronta diretamente a lógica do julgamento recorrente nos comentários anteriores. Ao afirmar que “as pessoas perderam a noção”, o enunciador assume uma posição avaliativa sobre o comportamento coletivo, deslocando o foco da aparência da artista para a postura ética dos comentaristas. A referência reiterada à saúde mental funciona como eixo central da argumentação, sinalizando que os comentários sobre o corpo feminino não são neutros nem inofensivos, mas potencialmente produtores de sofrimento psíquico.

No plano ilocucionário, o comentário realiza múltiplas ações simultâneas: defende, adverte, orienta e critica. Há um esforço explícito de educar o leitor quanto aos limites do que deve ser dito em espaços públicos, especialmente quando se trata da vida e do corpo de outra pessoa. Ao sugerir que quem não gosta “arraste o dedinho” e siga adiante, a fala propõe uma ética mínima de convivência digital, baseada no respeito e na contenção do julgamento gratuito. Trata-se, portanto, de um ato que busca reorganizar as regras implícitas da interação naquele espaço.

Os efeitos produzidos por esse enunciado são amplos e intencionalmente provocativos. No plano perlocucionário, a fala busca gerar constrangimento moral nos leitores que se reconhecem nas práticas criticadas. Ao afirmar que “a mania de criticar indiscriminadamente também é doença”, o comentário inverte uma lógica recorrente nos demais enunciados analisados, nos quais o corpo feminino é frequentemente patologizado. Aqui, a patologização é deslocada para o comportamento do crítico, o

que produz um efeito de ruptura simbólica importante: o problema deixa de ser o corpo da mulher e passa a ser a violência cotidiana do julgamento.

Esse deslocamento pode ser compreendido, à luz de Austin (1990), como um exemplo claro de fala performativa com forte carga ética. O comentário não apenas expressa uma opinião, mas tenta modificar o comportamento dos interlocutores, convocando-os à empatia e à responsabilidade. A linguagem age, nesse caso, como instrumento de intervenção social, buscando interromper a cadeia de avaliações negativas e redefinir os limites do aceitável no espaço público digital.

A referência à saúde mental amplia ainda mais os efeitos do enunciado. Ao mencionar que pessoas públicas enfrentam “problemas seríssimos” em razão da falta de bom senso alheio, o comentário reinsere a figura da celebridade no campo da vulnerabilidade humana, rompendo com a ideia de que a exposição pública neutraliza o impacto emocional das falas. Esse ponto dialoga com as reflexões de Foucault (1979) sobre os efeitos da vigilância contínua, que não apenas observa, mas produz sujeitos permanentemente expostos ao julgamento e à correção.

Sob a perspectiva de Judith Butler (2018), o comentário pode ser lido como um gesto de subversão das normas que regulam o corpo feminino. Ao afirmar o direito de “ser quem se quer ser”, o enunciado questiona diretamente os regimes de inteligibilidade que exigem coerência, estabilidade e adequação estética. Trata-se de uma fala que amplia as possibilidades de reconhecimento, defendendo a legitimidade da escolha e da subjetividade frente às imposições normativas da aparência.

Do ponto de vista metodológico, a partir da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), esse comentário pode ser categorizado como uma manifestação de resistência simbólica. Este se opõe ao padrão dominante de julgamento presente no corpus e apresenta uma argumentação estruturada, ainda que em linguagem coloquial. O uso de expressões típicas do ambiente digital, como “arrasta o dedinho”, não fragiliza a análise; ao contrário, aumenta seu potencial perlocucionário, pois dialoga diretamente com o público da plataforma e reforça a eficácia comunicativa da fala.

Assim, o comentário analisado funciona como um contra-ato dentro do conjunto de enunciados observados. Ele não apenas defende a cantora Maiara, mas questiona a lógica social que autoriza o controle do corpo feminino e denuncia os efeitos adoecedores dessa prática. Ao deslocar a crítica do corpo para o comportamento dos críticos, a fala produz uma inversão significativa, revelando que a violência simbólica não está na aparência da mulher, mas na insistência coletiva em

julgá-la. Trata-se de um enunciado que evidencia a possibilidade de resistência e de reconfiguração dos sentidos que circulam sobre o corpo feminino nas redes sociais.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como ponto de partida uma inquietação que se inscreve simultaneamente no campo acadêmico e na experiência social de ser mulher: a constatação de que o corpo feminino permanece, mesmo no século XXI, como alvo privilegiado de julgamentos, avaliações constantes e tentativas de controle. Conforme explicitado na justificativa do estudo, a escolha por analisar comentários direcionados ao corpo da cantora Maiara não se deu por acaso, mas pela compreensão de que figuras públicas funcionam como espaços de condensação simbólica, nos quais se tornam visíveis práticas, valores e expectativas que atravessam a experiência cotidiana de inúmeras outras mulheres, ainda que de forma menos exposta.

O objetivo geral desta pesquisa consistiu em analisar os atos de fala presentes nos comentários sobre o corpo feminino, tomando como objeto empírico os comentários publicados no Instagram da cantora Maiara. Buscou-se compreender de que modo essas falas produzem efeitos simbólicos, reforçam normas corporais e influenciam percepções, sentimentos e comportamentos. Ao longo do trabalho, esse objetivo foi desdobrado em objetivos específicos que envolveram identificar recorrências nos modos de falar sobre o corpo da artista, analisar as intenções que atravessam essas falas e compreender os efeitos que elas produzem, tanto no plano individual quanto coletivo.

A fundamentação teórica construída nos capítulos iniciais foi essencial para sustentar esse percurso analítico. Ao retomar a TAF, conforme formulada por John Austin (1990), esta dissertação assumiu como premissa central a ideia de que a linguagem não se limita a descrever a realidade, mas atua sobre ela. Essa perspectiva mostrou-se decisiva para compreender que os comentários analisados não são meras opiniões isoladas, nem falas inofensivas. Ao comentar o corpo de uma mulher, faz-se algo com esse corpo: legitima-se ou deslegitima-se sua forma de existir, reforçam-se expectativas, produzem-se julgamentos e instauram-se efeitos que extrapolam o momento da enunciação.

A análise empírica evidenciou que uma parcela significativa dos comentários dirigidos a Maiara se apresenta sob a aparência de preocupação com a saúde. Esses comentários não falam, de fato, sobre saúde. Falam sobre aparência. Falam sobre magreza. Falam sobre controle. A suposta preocupação funciona como um disfarce moral que legitima a intervenção sobre o corpo alheio. Ao se apresentarem como cuidado, essas falas evitam o confronto direto com o julgamento estético, mas

produzem os mesmos efeitos: a desqualificação da mulher que não corresponde — ou que corresponde “demais” — ao padrão esperado.

Um dos achados centrais desta pesquisa é justamente a constatação de que o corpo feminino nunca está adequado. Quando está fora do padrão magro, é alvo de críticas, piadas e humilhações. Quando se aproxima do ideal estético vigente, passa a ser acusado de excesso, artificialidade, exagero ou risco à saúde. Nada está bom. Nada é suficiente. Essa lógica evidencia que não se trata de saúde, mas de um sistema de vigilância permanente, no qual a mulher está sempre em falta.

Essa constatação dialoga diretamente com as reflexões de Naomi Wolf (1992), ao demonstrar que o mito da beleza opera como um mecanismo de controle contínuo. A promessa de um corpo ideal nunca se cumpre, porque a manutenção da insatisfação é parte do próprio funcionamento desse sistema. Ao analisar os comentários dirigidos a Maiara, tornou-se evidente que a crítica não cessa com a transformação corporal; ela apenas se reorganiza, assumindo novas formas e novos argumentos.

As contribuições de Michel Foucault (1979) permitiram compreender esses comentários como práticas cotidianas de vigilância e normalização. Não se trata de um poder centralizado ou institucional, mas de um controle difuso, exercido por sujeitos comuns, que reproduzem normas sociais profundamente enraizadas. Ao comentar o corpo da cantora, os usuários participam ativamente da manutenção de um regime de controle que define quais corpos são aceitáveis e quais devem ser corrigidos.

Judith Butler (2018) contribui para aprofundar essa leitura ao evidenciar que o reconhecimento social das mulheres é constantemente condicionado à adequação a normas corporais e comportamentais. Os comentários analisados produzem formas de apagamento simbólico, na medida em que reduzem a mulher ao seu corpo e à sua aparência. Ao ser constantemente avaliada, a mulher tem sua complexidade silenciada, sua trajetória desconsiderada e sua existência condicionada à aprovação alheia.

Esses processos não se encerram no espaço virtual. Pelo contrário, eles reverberam na vida concreta das mulheres, afetando a forma como se percebem, como se movimentam no mundo e como tomam decisões sobre seus próprios corpos. Muitas mulheres carregam, desde a infância, marcas de falas escutadas sobre o que podem ou não mostrar, sobre como devem se vestir, sobre o que é aceitável ou não

em seus corpos. Essas marcas não desaparecem com o passar do tempo; elas se atualizam, se transformam e encontram, nas redes sociais, um espaço de amplificação.

Nesse sentido, a articulação entre a TAF e a Análise de Conteúdo mostrou-se particularmente fecunda. A partir de Bardin (2011), foi possível identificar padrões recorrentes nos comentários e compreender como determinados modos de falar se reforçam mutuamente. Já Austin (1990) permitiu compreender que esses comentários realizam ações concretas, produzindo efeitos que não podem ser ignorados. Aquilo que é dito gera sentimentos, molda pensamentos e orienta comportamentos.

Ao alinhar-se com a justificativa inicial da pesquisa, estas considerações finais reafirmam que analisar comentários em redes sociais é um exercício teórico e político relevante. Trata-se de compreender práticas linguísticas que produzem sofrimento, autocensura e silenciamento, mas que, por serem naturalizadas, raramente são questionadas. Dar visibilidade a esses processos é uma forma de romper com a ideia de que “é só um comentário” ou “é só uma opinião”.

Do ponto de vista dos estudos da linguagem, esta dissertação reforça a importância de compreender a linguagem como prática social, conforme defendem Rajagopalan (2003) e outros autores mobilizados ao longo do trabalho. As palavras não apenas refletem o mundo; elas o constroem. Ao evidenciar que comentar o corpo de uma mulher é um ato que produz consequências, a pesquisa convida a uma reflexão ética sobre as formas de interação contemporâneas, especialmente em ambientes digitais.

Por fim, este trabalho busca contribuir para os estudos sobre linguagem, gênero e corpo ao demonstrar que a análise dos atos de fala em redes sociais permite compreender práticas contemporâneas de regulação simbólica do feminino. Ao tomar o caso de Maiara como objeto empírico, a pesquisa não pretendeu individualizar a questão, mas evidenciar um fenômeno social mais amplo, que atravessa a vida de inúmeras mulheres, famosas ou não.

Ao retomar os objetivos propostos e o percurso desenvolvido, pode-se afirmar que esta dissertação evidencia o quanto aquilo que é dito importa. As palavras produzem efeitos, constroem sentimentos e orientam ações. Reconhecer esse poder da linguagem é um passo fundamental para questionar práticas naturalizadas e imaginar outras formas de relação com o corpo da mulher — formas que não se

baseiem no controle, no julgamento e na falsa preocupação, mas no respeito, no reconhecimento e na dignidade.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Angela; BOSI, Maria Lúcia Magalhães. Mídia e subjetividade: impacto no comportamento alimentar feminino. **Revista de Nutrição**, v. 16, p. 117-125, 2003.
- APROBATO, Valéria C. Corpo digital e bem estar na rede Instagram: um estudo sobre as subjetividades e afetos na atualidade. **Boletim-Academia Paulista de Psicologia**, v. 38, n. 95, p. 157-164, 2018.
- ARBO, J. A teoria dos atos de fala: desafios e possibilidades. **Revista Lampejo**, v. 7, p. 183-194, 2018.
- AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Editora: Artes Médica, 1990.
- BARDIN, Laurence. **Organização da análise. Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições, v. 70, p. 229, 2011.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**, v. I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; DE HOLANDA CESÍDIO, Mirella. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. **Revista mal-estar e subjetividade**, v. 7, n. 2, p. 451-478, 2007.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Manual de sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2014.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Editora José Olympio, 2018.
- CALSAMIGLIA BLANCAFORT, Helena; TUSÓN VALLS, Amparo. **Las cosas del decir: manual de análisis del discurso**. Barcelona: Ariel, 2002.
- COELHO, Fernanda Dias *et al.* Cirurgia plástica estética e (in) satisfação corporal: uma visão atual. **Revista Brasileira de Cirurgia Plástica**, v. 32, n. 1, p. 135-140, 2017.
- CHOMSKY, Noam. **Linguagem e mente: pensamentos atuais sobre antigos problemas**. Brasília-DF: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa: coleção pesquisa qualitativa**. Bookman editora, 2009.
- FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Gilles. Os intelectuais e o poder. **Microfísica do poder**, v. 17, p. 69-78, 1979.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade**. Tradução: Mathias Lambert, v. 4, 1988.

GUATTARI, Félix. Microfísica dos poderes e micropolítica dos desejos. **Foucault hoje**, p. 33-41, 1985.

JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R.; DE FREITAS, Britta Lemos. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas**. Martins Fontes, 2004.

LABOV, William. **The social stratification of English in New York city**. Cambridge University Press, 2006.

LOPES, Ana Cristina Macário. **Pragmática: uma introdução**. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2018.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução de Freda Indursky, Solange Maria Ledda Gallo e Maria da Glória de Deus Vieira de Moraes. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Cortez Editora, 2024.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, p. 49-55, 2006.

NASCIMENTO, Estelina Souto do; DE ASSIS MEDINA, Anamaria Vaz; DE LACERDA TEIXEIRA, Cláudia Dias. O corpo da mulher no período colonial: algumas reflexões. **REME-Revista Mineira de Enfermagem**, v. 2, n. 1, 1998.

OTTONI, Paulo. **Visão performativa da linguagem**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O Austin do qual a Lingüística Não Tomou Conhecimento e a Lingüística com a qual Austin Sonhou. **Cadernos de estudos linguísticos**, v. 30, 1996.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e questão ética**. São Paulo: Parábola Editorial. 2003.

SANTAELLA, Lúcia. O corpo como sintoma da cultura. **Comunicação Mídia e Consumo**, v. 1, n. 2, p. 139-157, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006. Publicado originalmente em 1916.

SIBILIA, Paula. **O show do eu**. Rio de Janeiro: nova fronteira, p. 1960-2000, 2008.

SILVA, Danilo da Conceição Pereira. Linguagem, sociedade e política: diálogos com Kanavillil Rajagopalan sobre a nova pragmática. **Polifonia**, Cuiabá, MT, v. 26, n. 43, p. 316-331, 2019.

SILVA JÚNIOR, P. A. Pragmática: análise dos atos de fala. *In*: Carvalho, Cid Ivan da Costa Carvalho. II. Barbosa, José Roberto Alves. III. Alves, Gilson Chicon. (Org.). **Teorias linguísticas orientações para a pesquisa** [online]. Mossoró: edUFERSA, 2021, v. 1, p. 101-122. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/vncgt>. Acesso em 20 de abril de 2025.

SOIHET, Rachel. O corpo feminino como lugar de violência. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 25, 2002.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 2006.

WEEDWOOD, Barbara. **História concisa da linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. Editora Record, 2018.

ZENHA, Luciana. Redes sociais online: o que são as redes sociais e como se organizam?. **Caderno de Educação**, n. 49, p. 19-42, 2018.